

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

DOUGLAS VINICIUS OLIVEIRA SOBRINHO

**A UTILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA
ANÁLISE SOCIAL DAS VINTE MAIORES EMPRESAS QUE MAIS
CRIARAM RIQUEZAS EM 2012**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**SÃO PAULO
2013**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

DOUGLAS VINICIUS OLIVEIRA SOBRINHO

**A UTILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA
ANÁLISE SOCIAL DAS VINTE MAIORES EMPRESAS QUE MAIS
CRIARAM RIQUEZAS EM 2012**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Marion.

SÃO PAULO
2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Carlos Marion
PUC-SP

Prof. Dr. Napoleão Verardi Galegale
PUC-SP

Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira
USP

Dedico este trabalho a minha mãe e avó, pelo exemplo de determinação, coragem, confiança e pelos valores demonstrados e a todos que acreditaram que minha determinação seria o caminho para minhas realizações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade de realizar este trabalho dentro das dificuldades encontradas.

Agradeço aos meus familiares que foram e são verdadeiros amigos em toda a trajetória de minha vida, em especial, a minha avó e a minha mãe, Maria da Conceição e Ana Maria, e ao meu primo, Marcos Vinicius.

Aos membros da banca de qualificação, pelas sugestões pertinentes e enriquecedoras na parte teórica e metodológica, ao Prof. Dr. Napoleão Verardi Galeale e ao Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira, que tiveram paciência em comentar a dissertação com propriedade, transformando-a num trabalho científico.

Ao Prof. Dr. José Carlos Marion, pela orientação, apoio, paciência e profissionalismo demonstrado neste ano de ensino, pelas sugestões e críticas que contribuíram para o resultado final deste trabalho e por viabilizar a conclusão desse trabalho.

Agradeço aos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, Rosane Palharim, Sócia de Auditoria, Olivier Trave Bourely, Diretor de Auditoria, Philippe Ryser, Gerente de Auditoria, Mathieu Touin, *Conseiller PME du Société Générale*.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram e me apoiaram na realização desse projeto Marcos Conejero e Eduardo Benatti Rinaldi.

E àqueles que muito me ajudaram nas revisões de texto, Cláudia Sant'Anna, Maurício Carrara, Luiz Afonso e Stephan Reichenberge.

Meu muito obrigado a todos!

“Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio ainda; ensina ao justo, e ele crescerá em prudência.”

Provérbios 9:9

RESUMO

A DVA é um demonstrativo que faz parte, obrigatoriamente, dos relatórios anuais das empresas de capital aberto. Foi aprovada pela Lei 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007, como uma das formas de tornar as empresas mais transparentes, no que diz respeito à prestação de conta sobre sua responsabilidade social. Por meio da deliberação da CVM nº557, de 12 de novembro de 2008, aprovou o CPC 09, de 15 de outubro de 2008, que previa o modelo geral de DVA a ser utilizado pelas empresas. A presente pesquisa tem por objetivo, a partir da coleta de dados das DVA's das vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 no Brasil, para formação do PIB, de acordo com a edição de 2013 da Revista Melhores e Maiores Exame, evidenciar por que os usuários das Demonstrações Financeiras perdem, em informações, quando uma empresa não elabora e divulga a DVA no modelo geral proposto pelo CPC 09. O trabalho tenta responder se em 2012, as maiores empresas que criaram riquezas para formação do PIB divulgaram aquele demonstrativo por força da Lei 11.638/07, que é o caso das companhias de capital aberto, ou se por espontaneidade, para as companhias de capital fechado. Também se buscou evidenciar se as DVA's divulgadas pelas vinte maiores empresas atendem os requisitos básicos do modelo geral de DVA. Por fim, evidencia se os índices sociais encontrados nas pesquisas bibliográficas podem ser extraídos de qualquer DVA, desde que elaborada no modelo geral sugerido pelo CPC 09, para assim, chegar às conclusões sobre a utilidade que a DVA tem na análise social das empresas atuantes no mercado. A metodologia utilizada é a pesquisa descritiva e, para análise dos dados, recorre-se ao estudo de casos múltiplos para as vinte empresas do *ranking* da Revista Exame. Os resultados mostram que nem sempre as empresas obrigadas são as únicas a divulgarem a DVA e que as DVAs não seguem os requisitos básicos sugeridos pelo CPC 09. Além disso, verifica-se que não é possível extrair todos os índices propostos pelos autores referenciados com base exclusivamente nas informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Índices. Partes interessadas. Contabilidade social.

ABSTRACT

The DVA is a statement that is part mandatory to the annual reports of publicly listed companies. The statement was adopted by Law 11.638/07 on December 28, 2007, and is one of the many ways that enables companies to be more transparent with regard to the provision and accounting of its social responsibility. Based on the CVM Resolution no 557 of November 12, 2008, CPC 09 was approved as of October 15, 2008, which provided for the general model of VAD to be used by businesses. This research aims, through the collection of data from DVA 's twenty largest companies that have created wealth in Brazil in 2012, to populate the GDP, according to the 2013 edition of the Melhores e Maiores Exame Magazine, that show why users of financial statements lose information if a firm produces and disseminates the DVA in the general model proposed by CPC 09. The work tries to answer this in 2012. The largest companies that have created wealth for the populating of the GDP released that statement by force of Law 11.638/07, which was the case of public companies, or for that matter, closed privately-held companies. We also sought evidence that is disclosed by the DVA that the twenty largest companies meet the basic requirements of the general model DVA. Finally, this study highlights the social indicators found in literature can be extracted from any DVA, since it is elaborated in the general model suggested by CPC 09, so as to arrive at conclusions about the usefulness of the DVA of companies in the market. The methodology used is descriptive and, for data analysis, refers to the study of multiple cases for the twenty best ranked companies as per Exame Magazine. The results show that not all the companies required to disclose only the DVA and the VAS do not follow the basic requirements suggested by CPC 09. Moreover, it turns out that it is not possible to extract all the indices proposed by the authors referenced based solely on the information disclosed in the Financial Statements.

Keywords: Added value. Index. Stakeholders. Social accountancy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Etapas adotadas no estudo de casos múltiplo.....	100
------------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	DVA APRESENTADA POR KROETZ.....	77
Tabela 2 -	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EMPRESAS EM GERAL.....	78
Tabela 3 -	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS.....	79
Tabela 4 -	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – SEGURADORAS (MODELO SUGERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP).....	80
Tabela 5 -	MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EMPRESAS EM GERAL APRESENTADA POR SANTOS (2007)...	81
Tabela 6 -	COMPARATIVO DE ÍNDICES DIVULGADOS DA DVA E OS RESPECTIVOS AUTORES.....	91
Tabela 7 -	RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE PESQUISAS.....	99
Tabela 8 -	AS VINTE MAIORES EMPRESAS QUE MAIS CRIARAM RIQUEZAS.....	109
Tabela 9 -	RESULTADO DAS EMPRESAS QUE DIVULGARAM A DVA.....	110
Tabela 10 -	RESUMO DAS VINTE MIORES EMPRESAS.....	111
Tabela 11 -	RESULTADO SOBRE A ANÁLISE DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO.....	117
Tabela 12 -	RESULTADO SOBRE A ANÁLISE DAS EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO.....	118
Tabela 13 -	DADOS PARA CÁLCULO DOS ÍNDICES.....	123
Tabela 14 -	ÍNDICES SOCIAIS DAS DEZ DVA'S.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ANTT	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
BNDES	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO
BOVESPA	BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRGAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CPC	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
CVM	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFC	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DRA	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DRE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DVA	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
ETHOS	INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GRVA	GRAU DE RETENÇÃO DO VALOR ADICIONADO
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBASE	INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFRS	<i>INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS</i>
JCP	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
OECD	<i>The Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
ONU	ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS
PAGR	POTENCIAL DO ATIVO PARA GERAR RIQUEZA
PCPVA	PARTICIPAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS NO VALOR ADICIONADO
PEGR	POTENCIAL DOS EMPREGADOS PARA GERAR RIQUEZA
PEVA	PARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO NO VALOR ADICIONADO
PGVA	PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NO VALOR ADICIONADO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO

PPLGR	POTENCIAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA GERAR RIQUEZA
PTVA	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NO VALOR ADICIONADO
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
SUSEP	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	REVISÃO DA LITERATURA.....	31
1.1	Mudanças Sociais e Econômicas que Influenciaram o Comportamento das Pessoas e Organizações.....	31
1.2	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	35
1.2.1	Definição de <i>Stakeholders</i>	36
1.2.2	Identificação de <i>Stakeholders</i>	38
1.2.3	Relacionamento com <i>Stakeholders</i>	42
1.3	Balanço Social.....	46
1.3.1	Surgimento do Balanço Social.....	49
1.3.2	Organizações que incentivam a divulgação do Balanço Social.....	54
1.3.3	Modelos de Balanços Sociais Propostos.....	57
1.4	Demonstração do Valor Adicionado.....	60
1.4.1	Surgimento da DVA no Brasil.....	63
1.4.2	Regulamentos Emitidos Sobre DVA.....	68
1.4.3	Modelos de DVA's Sugeridos para Empresas em Geral, Bancos e Seguradoras.....	74
1.4.4	Índices da DVA.....	82
1.5	Valor Adicionado Econômico e Valor Adicionado Contábil.....	92
1.5.1	Valor Adicionado Econômico para Cálculo do PIB.....	92
1.5.2	Racional para Cálculo do Valor Adicionado Econômico e Contábil...	94
2	GÊNESE DO ESTUDO.....	97
2.1	Estudos de Caso: Definições e Etapas.....	98
2.1.1	Definição de Estudo de Caso Múltiplo.....	99
2.1.2	Etapas do Estudo de Caso Múltiplo.....	100
2.2	Protocolo de Estudo de Caso.....	101
2.3	Aplicação do Estudo de Caso.....	101
2.4	As Unidades de Análises.....	101
2.5	Análise Descritiva.....	103
2.6	A Lógica que une os Dados às Proposições.....	104

2.6.1	Os Critérios para Interpretar as Constatações.....	105
2.6.2	Coleta de Dados.....	105
2.6.3	Tratamento de Dados.....	106
2.6.4	Limitação no Recolhimento de Dados.....	107
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	108
3.1	Análise das Proposições.....	109
3.1.1	Proposição P1.....	109
3.1.2	Proposição P2.....	112
3.1.2.1	Evidenciação da Proposição P2 para as empresas de Capital Aberto.....	116
3.1.2.2	Evidenciação da Proposição P2 para as empresas de Capital Fechado.....	118
3.1.3	Proposição P3.....	120
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
	ANEXOS.....	139

INTRODUÇÃO

Contextualização do Tema

As relações sociais podem estar ligadas às vidas das empresas e a influência social pode interferir diretamente nas práticas empresariais.

As empresas retiram da sociedade recursos naturais e utilizam recursos humanos que estão à disposição para suas operações. Do outro lado, a sociedade espera das empresas a prestação de contas e receber em troca benefícios para garantir a sustentabilidade e o bem-estar social.

A sociedade pode ser representada pelos acionistas, fornecedores, bancos, clientes, empregados, ambientalistas entre outros, que conferem às empresas poder para explorar seus recursos esperam em contrapartida a prestação de contas. Por exemplo, os sócios emprestam à empresa o capital próprio para financiar suas operações, os fornecedores vendem matéria-prima a prazo financiando a produção da empresa e esperam receber seus pagamentos nos prazos acordados, os bancos fornecem empréstimos às empresas para garantir seu fluxo de caixa (pagamentos e recebimento) etc. A sociedade, formada por esses agentes, exige a prestação de contas para dar continuidade e contribuir para as operações de uma determinada empresa.

A administração precisa estar preparada para responder às demandas feitas pela sociedade. “Hoje, mais do que nunca, os administradores sofrem uma pressão cada vez maior para prever e responder a essa quantidade de forças externas, e para pensar globalmente” (STONER; FREEMAN, 1995, p. 46).

Dos interesses e expectativas que cercam as empresas, surge uma figura conhecida como *stakeholders*, pessoas que estão associadas direta ou

indiretamente com a organização ou que sofrem algum de seus efeitos (MAXIMIANO, 2007, p. 416).

Os interesses dos *stakeholders* podem informacionais, assim, a prestação de contas pode ocorrer por várias formas, através de:

- (a) Divulgação de balanços;
- (b) Demonstrativos do resultado;
- (c) Fluxo de caixa;
- (d) Balanço social; e
- (e) Nota explicativa.

Sobre os tipos de prestação de contas e para finalidade desta pesquisa, daremos enfoque ao Balanço Social no decorrer do trabalho.

Tinoco (2001, p. 43) apresenta quatro ramificações do Balanço Social por qual as empresas prestam contas à sociedade, são elas:

- (a) Balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas);
- (b) Demonstração do Valor Adicionado;
- (c) Balanço ecológico; e
- (d) Relatório de responsabilidade social das empresas.

Abaixo estão demonstradas as características de cada um desses demonstrativos segundo Tinoco (2001):

- (a) O Balanço Social tem a função de apresentar ao público a relação empregador/empregado dentro da empresa. A política adotada pela empresa no tratamento dos seus funcionários [...] (TINOCO, 2001, p.44).
- (b) A Demonstração do Valor Adicionado apresenta ao público os valores agregados pela empresa na etapa do processo produtivo [...] gera riqueza ao mesmo tempo em que também a distribui (TINOCO, 2001, p. 65).

(c) O balanço ecológico mostra como as empresas estão atuando para alcançar uma produtividade sustentável (TINOCO, 2001, p. 99).

(d) E, por fim, o Relatório de responsabilidade social [...] considera que as empresas devam atender seus parceiros no negócio [...] nas relações econômicas, como nas financeiras, sociais e ambientais (TINOCO, 2001, p. 114).

Esses demonstrativos, em conjunto com outros preparados pela administração, têm sua fonte de informação substancialmente na contabilidade das empresas.

A contabilidade precisa se “moldar” para que seja possível atender a essas novas exigências e produzir tais informações.

A princípio, a contabilidade era feita para atender aos proprietários das empresas e foi evoluindo com o passar do tempo e no Brasil essa relação não foi diferente, até ser influenciada pelos critérios fiscais brasileiros.

Sabe-se que,

A contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação do Imposto de Renda. Esse fato, ao mesmo tempo em que trouxe à Contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos Princípios Fundamentais da Contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção da prática de princípios contábeis adequados, já que a Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis corretos (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p.1).

Na busca por melhorar as práticas contábeis no Brasil, em 2007, a contabilidade passou por uma mudança representativa no cenário nacional ao aprovar a Lei 11.638/07: a convergência das normas nacionais de contabilidade para

as normas internacionais, na tentativa de harmonizar a contabilidade brasileira com a contabilidade dos grandes mercados.

A Lei 11.638/08 abriu espaço para redefinição das Normas Contábeis Brasileiras, conhecidas internacionalmente como BRGAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*). Essas novas normas são expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovadas pelos órgãos reguladores: CVM, SUSEP etc.

As normas contábeis no Brasil estão em constante processo de conversão e atualização para se adequar às Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*) com objetivo de harmonizar a contabilidade brasileira às práticas internacionais de contabilidade.

Nesse processo de harmonização das normas contábeis surge a curiosidade sobre uma peça específica que compõe as Demonstrações Financeiras das Companhias de Capital Aberto no Brasil, a DVA (Demonstração do Valor Adicionado), a mesma demonstração apresentada por Tinoco (2001), como sendo uma ramificação do Balanço Social.

Nas mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir da aprovação da Lei 11.638/07, surge o CPC 09 que trata da DVA, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2008 que não possui norma internacional correspondente exigida pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Num momento de harmonização das práticas contábeis no Brasil, surge um demonstrativo contábil que não é exigido pelas normas internacionais.

Através de literaturas e pesquisas sobre a DVA, sabe-se que esta peça não é exigida pelas normas internacionais.

A DVA, como apresentada por Tinoco, é uma das formas das empresas prestarem contas de suas ações sociais, bem como, o Balanço Social.

O Balanço Social tornou-se obrigatório na França com a aprovação da Lei 77.769, em 1977 e a DVA tornou-se obrigatória no Brasil com a aprovação da Lei 11.638, em 2007.

A França, um país conhecido historicamente por ser engajado na luta pelo bem estar social, foi pioneira, em 1977, a tornar obrigatório o relatório Balanço Social.

Com as mudanças geográficas, econômicas e ambientais e as preocupações que surgiram no decorrer dos anos, devido à intervenção do homem no ambiente, “França, Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia, Alemanha e Inglaterra” (REIS; MEDEIROS, 2007, p. 44-47) são alguns dos países a exigirem ou incentivarem divulgação de informações de cunho social, dando à DVA e ao Balanço Social relevância nos relatórios anuais.

Haja vista que a DVA e o Balanço Social fornecem indicativos sociais, passa-se a observar nas empresas não apenas a capacidade de gerar riquezas econômicas, mas também riquezas voltadas para a sociedade.

Visto que a França foi pioneira em relação à exigência do Balanço Social e no Brasil a exigência da DVA veio 30 anos depois, pode-se notar que as empresas ainda têm informações para divulgar aos seus parceiros, governo e especialmente à sociedade por meio da DVA, um relatório menos complexo que o próprio Balanço Social, cujas informações podem ser conciliadas com os registros contábeis, tal como a Demonstração do Resultado do Exercício.

No Brasil, os primeiros estudos sobre DVA foram desenvolvidos no âmbito do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Como já citado anteriormente, advindo a Lei 11.638/07, a DVA tornou-se obrigatória no conjunto das Demonstrações Financeiras das companhias de capital aberto.

Uma das contribuições que muitos demonstrativos proporcionam ao usuário são as análises quantitativas por meio dos números apresentados nos relatórios contábeis e índices, por meio dos quais podem chegar-se às conclusões qualitativas acerca da saúde financeira das empresas e da sustentabilidade do negócio.

Executivos, governos e órgãos reguladores das normas contábeis talvez precisassem se conscientizar que as empresas não podem ser orientadas apenas pelos seus resultados econômicos, mas, a questão social deve ser pautada quando mensura-se a importância de uma empresa no mercado. Uma das formas de mensuração dá-se por meio das análises dos demonstrativos contábeis socioeconômicos.

Tais relatórios de natureza socioeconômica são recomendados pela GRI (*Global Reporting Initiative*), ONU (Organizações das Nações Unidas), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e Ethos (Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial).

O que as empresas apresentam nesses relatórios são ações tomadas em prol da comunidade em que atuam. Esses relatórios podem funcionar como uma ferramenta de prestação de conta à sociedade e apresentam as contribuições das empresas para resolução dos problemas sociais, que muitas vezes são causados pela própria empresa durante seus anos de vida, por exemplo, o fechamento de fábrica que pode deixar sem emprego parte da população de uma comunidade, a poluição e destruição recursos naturais sem se preocupar com sua reposição etc.

Conforme afirmam Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 5), “a cada dia que passa, a sociedade vem se tornando mais exigente na tentativa de encontrar repostas para os problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas”.

Parece que os problemas que as empresas, até recentemente, se preocuparam em resolver foram em como manter seu negócio rentável, independente dos problemas sociais e ambientais que causavam à sociedade, mas, novas formas de prestação de contas foram exigidas pela legislação.

Atualmente, a forma mais comum de prestar contas é a divulgação das Demonstrações Financeiras que devem conter:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Balanço Patrimonial;
- (c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- (d) Demonstração do Resultado Abrangente (DRA);
- (e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- (f) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

Tais demonstrações são elaboradas e divulgadas sob o pressuposto de que são importantes para tomada de decisão dos *stakeholders*, por exemplo, os acionistas e investidores, pois evidenciam em sua grande parte o lucro e o retorno do capital investido.

O que muitos investidores podem buscar quando investem numa empresa? Retorno sobre seus investimentos em forma de recebimento de dividendos, que aumenta proporcionalmente ao lucro explorado.

Com a divulgação das Demonstrações Financeiras apenas um grupo interessado nas informações da entidade é privilegiado, ou seja, as informações não satisfazem a todos *stakeholders*.

Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010, p. 2-5) discorre sobre os atuais relatórios preparados pela administração das empresas para atender seus interessados, especialmente aos acionistas:

- (a) Relatório da administração: o relatório da administração não faz parte das demonstrações contábeis, mas deve ser divulgado em conjunto dando parecer e explicações aos principais fatos ocorridos no período para o qual as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas.
- (b) Balanço Patrimonial: apresenta ao usuário das Demonstrações Financeiras a posição estática, financeira e patrimonial, de qualquer empresa numa data específica.

- (c) Demonstração do Resultado do Exercício: apresenta ao usuário, de forma detalhada, receitas, despesas, ganhos e perdas ocorridos no exercício para o qual as demonstrações foram preparadas, até chegar ao lucro líquido.
- (d) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido: essa demonstr o apresenta ao usuário as movimentac es ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido da empresa, que normalmente são deliberadas pelos sócios e acionistas.
- (e) Demonstr o do Fluxo de Caixa: a Demonstr o do Fluxo de Caixa apresenta ao usuário a movimentac o das disponibilidades do caixa da empresa no exercício.
- (f) Demonstr o do Valor Adicionado: informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma da sua distribui o.

A informa o de cunho financeiro pode ser utilizada pelos investidores para tomada de decisão, mas a contribui o social que cada empresa confere   sociedade (acesso   cultura, preserva o dos recursos naturais, desenvolvimento da mão-de-obra local, remunera o ao governo etc.) deveria ser instrumento de avalia o pelos investidores e demais *stakeholders*.

Como afirma Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 7):

A transforma o da mentalidade empresarial, concedendo-se prioridade   qualidade no lugar de quantidade, vem exigindo apreciável modifica o nos critérios administrativos, em particular nos relacionados com o social [...] Quanto mais credibilidade a empresa transmitir   sociedade, mais respeito e compromisso [...] ela terá dessa sociedade, ou seja, a promo o do bem-estar da coletividade reverte-se em benefícios para a própria empresa.

Os autores ainda afirmam que “o compromisso social de uma organiza o  , sem d vida, muito maior hoje do que há alguns anos atrás” (LUCA, CUNHA; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 5). Toda essa transforma o de mentalidade tem uma justificativa básica: as decisões tomadas pela administra o das empresas têm impacto direto na sociedade.

Fornecer informações à sociedade sobre a remuneração de recursos humanos, capitais de terceiros próprios, supridos pela coletividade é o que as empresas podem fazer para merecer o respeito e a credibilidade necessária à continuidade de suas operações.

Segundo Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 7) “para algumas empresas, trata-se apenas de dar transparência aos investimentos sociais que já vêm fazendo silenciosamente e em volume e qualidade crescente”.

Se a empresa, involuntariamente, contribui com a comunidade onde opera, por meio de pagamentos de impostos e contribuições (que retornam para a comunidade em forma de benfeitorias e serviços públicos), desenvolvimento de fornecedores locais, remuneração de mão-de-obra local etc. por que não apresentar essas contribuições em relatório anual ou em uma demonstração contábil?

Um dos principais instrumentos utilizados pelos usuários para aferir os resultados da empresa, que possibilita avaliar e divulgar os fatos sociais é o Balanço Social. Esse instrumento é conhecido também por diversos outros nomes, por exemplo, Relatório Social e Relatório de Sustentabilidade e numa visão social, como ciência humana, a Contabilidade está vinculada à responsabilidade social da empresa.

A sociedade vem se tornando consciente dos problemas sociais, assim, a administração pode manter sua gestão sobre uma governança corporativa que atenda aos interessados na empresa, seja o interesse econômico ou social.

Santos (2007, p. 12) menciona que nos anos 60 os usuários das informações contábeis eram satisfeitos com as informações divulgadas naquela época. Dentre os principais interessados nessas divulgações estavam os sócios, acionistas, proprietários, empregados, sindicatos etc., ou seja, aqueles que diretamente eram afetados com o “rumo” da empresa.

Com as mudanças no cenário empresarial e social, aquelas informações que satisfaziam os usuários na década de 60 podem não conseguir, por si só, satisfazer

aos usuários que surgiram nos últimos anos, porque nem todos estão interessados tão somente na evidenciação do lucro.

Vem se tornando mais frequente na mídia a cobrança por responsabilidade social. A DVA, para algumas empresas, foi uma das formas de prestação de contas no âmbito social.

Segundo Tinoco (2001, p. 67) a publicação da DVA no Brasil “[...] deu-se a partir das publicações pioneiras da Telebrás e de algumas de suas controladas, no exercício de 1990; da CMTC (Cia. Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo) em 1991, e do Banespa no exercício de 1992”.

Conforme citam Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 149), as pesquisas feitas sobre a DVA avaliavam sua utilidade informacional, a forma de cálculo de seus componentes e sua aplicação a diferentes setores dentro de um país.

Dada a contextualização da DVA no conjunto das demonstrações contábeis, com o propósito de defender a divulgação da DVA como um dos instrumentos de evidenciação na formação e distribuição de riquezas das empresas, por este trabalho analisa-se a interpretação dos índices da DVA a partir de índices já publicados para, na tentativa de apresentar sua funcionalidade e utilidade e mostrar porque o usuário das demonstrações financeiras perde quando não tem acesso à DVA no modelo sugerido pelo CPC 09.

Questão de Estudo

Quando a DVA fora criada e aprovada na legislação brasileira o investidor ou demais usuários das demonstrações financeiras das empresas de capital aberto ganharam um relatório a mais para efetuarem suas análises acerca de uma determinada empresa que tivesse interesse em investir.

Assim como o investidor tem interesse nas informações contábeis prestadas pelas empresas, outros interessados, sociedade, governo etc. podem apresentar igual interesse, dando diferentes focos na análise das informações contábeis.

Quando a Lei 11.638/07 foi aprovada pelo Presidente da República, ficou estabelecido que fossem obrigados a elaborar e divulgar a DVA apenas as empresas S.A de capital aberto, ou seja, aquelas que negociam suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

A obrigatoriedade de elaborar e divulgar a DVA imposta apenas às empresas de capital aberto pode apresentar um problema para a sociedade: por que o usuário das Demonstrações Contábeis perde em informações quando uma empresa não elabora e publica adequadamente a DVA?

Dessa forma, a questão de estudo aqui proposta “proporciona uma indicação importante relacionada com o método de pesquisa mais relevante a ser usado” (YIN, 2010, p. 49).

A questão de estudo surge geralmente da necessidade do pesquisador em encontrar respostas sobre um determinado problema, ou seja, a curiosidade despertada no pesquisador faz com que ele sinta o interesse e vá à busca de uma resposta para compreender um fenômeno.

Segundo Richardson (2011, p. 26-27):

A pergunta deve ser passível de resposta. A ciência pode responder a muitas perguntas, mas existem algumas a que não pode responder [...] O pesquisador deve fazer uma pergunta baseado na observação de um fenômeno. Às vezes, a pergunta é escolhida para resolver um problema específico. Outras vezes, a pergunta surge da curiosidade [...] Se desejar ter uma resposta, a pergunta deve ser realista.

Sob essa concepção, o trabalho proposto pretende investigar por que o usuário das Demonstrações Contábeis perde em informação quando uma empresa

não elabora e publica a DVA como previsto pelo CPC 09 e evidenciar a utilidade da DVA no conjunto das Demonstrações Financeiras.

A partir dos estudos dos índices na DVA existentes e pesquisados no presente trabalho, a pesquisa busca identificar informações que o usuário perde quando querem analisar desempenho socioeconômico das empresas na sociedade.

Proposições de estudo

A interpretação que o usuário pode chegar ao avaliar a DVA pode mostrar que a DVA é uma peça útil no conjunto das Demonstrações Financeiras ou até mesmo evidenciar que sua utilidade pode ser facilmente suprida por informações fornecidas em outras demonstrações.

A definição de proposições para Yin (2010, p. 50) “dirige a atenção para algo que deve ser examinado dentro do escopo do estudo”.

Yin (2010, p. 50) ainda afirma que apenas estabelecendo as proposições o pesquisador consegue seguir na direção certa e que ainda existem estudos que não existem proposições: “ao mesmo tempo, alguns estudos podem ter uma razão legítima para não ter nenhuma proposição. Essa é uma condição – que existe igualmente nos experimentos, levantamentos e nos outros métodos de pesquisa [...]”

Para avaliar a utilidade da DVA diversas proposições podem ser formadas e sugeridas, então, não se pretende concluir quanto a uma proposição específica por considerá-la melhor ou mais importante que as demais.

Ao chegar à proposição, não se preocupou em com chegar à melhor proposição.

Não há intenção em aceitar ou defender qualquer proposição sugerida nesse trabalho. Se os fatos pesquisados não condizerem com o que se espera, as proposições podem ser negadas e rejeitadas.

As proposições, definidas neste trabalho, são apresentadas como seguem:

P₁: as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 que elaboram e divulgam a DVA o fazem por força de lei e não por espontaneidade.

P₂: as empresas de capital aberto e fechado que elaboram e publicam a DVA seguem as orientações básicas do CPC 09.

P₃: os índices estudados e encontrados nesta pesquisa podem ser aplicados a qualquer DVA que tenha sido preparada no modelo geral sugerido pelo CPC 09.

Objetivos

A definição do objetivo da pesquisa é importante ao pesquisador. Esses objetivos são a “bússola” para o pesquisador, ou seja, onde o pesquisador pretende e deve chegar ao final do trabalho. “Nesta etapa, explicitam-se os objetivos gerais e específicos a serem utilizados durante a investigação” (RICHARDSON, 2011, p. 62).

Os objetivos do trabalho foram extraídos diretamente da questão de pesquisa levantado anteriormente.

Como já apresentado a questão de pesquisa, este trabalho pretende alcançar um objetivo geral que dá uma visão global da pesquisa e alguns objetivos específicos, que são de algum modo, intermediários, que pode permitir desdobramento particular em eventuais ocasiões ao decorrer do trabalho.

Objetivo Geral

A definição de objetivo geral numa pesquisa científica para Richardson (2011, p.62) é “[...] o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa”.

Assim, o que se pretende alcançar com essa pesquisa é evidenciar a perda de informações que o usuário das Demonstrações Contábeis tem quando as empresas não elaboram e divulgam a DVA no modelo proposto pelo CPC 09.

Dessa forma, o leitor pode fazer os próprios julgamentos quanto a utilidade da DVA de uma determinada empresa.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos no trabalho são os passos a serem seguidos para então chegar ao objetivo geral. Richardson (2001, p. 63) afirma que os objetivos específicos podem ser compreendidos por “[...] etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral [...]”.

Para fins desse estudo, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Verificar, entre as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 para formação do PIB Brasileiro, quais os tipos de empresas que elaboraram e divulgaram a DVA: se empresa de S.A de capital aberto ou fechado.
- ✓ Constatar, entre as vinte maiores empresas, se as DVA's publicadas atendem aos requisitos básicos do modelo geral proposto no CPC 09.

- ✓ Extrair os índices sociais encontrados durante a pesquisa bibliográfica nas DVA's publicadas.

Justificativa do Tema Escolhido

A ideia de pesquisar sobre a DVA, como peça útil no conjunto das Demonstrações Financeiras das empresas, surgiu em decorrência da observação dos trabalhos de auditoria externa.

Em reportes financeiros e auditoria das Demonstrações Financeiras em empresas multinacionais, observa-se que a Demonstração do Valor Adicionado não é reportada nos relatórios financeiros para a matriz e tampouco existe relatório equivalente que fornece ao usuário as informações trazidas na DVA.

Nota-se que a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), além de ser exigida nas Normas Internacionais de Contabilidade, é uma importante peça das Demonstrações Financeiras e há sempre uma expectativa da matriz sobre a geração de caixa das suas afiliadas.

O objetivo da norma IAS 7 emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que tem CPC 3 correspondente na norma brasileira, é:

- (a) As informações dos fluxos de caixa de uma entidade sejam úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança de geração de tais recursos e
- (b) Fornecer informação acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos

de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Nota-se que existe uma preocupação de ordem econômica diante das empresas acerca da sua capacidade de geração de riqueza.

Se a Demonstração do Fluxo de Caixa traz informações sobre a capacidade da entidade em gerar riquezas através das suas atividades operacionais, de investimentos e financiamentos, por que a DVA, que fornece informações e indicativos socioeconômicos, não é considerada e apreciada pela administração ou pela matriz?

A curiosidade de pesquisar sobre a obrigatoriedade da divulgação da DVA surgiu em decorrência dessas observações que afetam as empresas que divulgam suas Demonstrações Financeiras: a DVA é requerida para empresas S.A de capital aberto e não é requerida para demais empresas, nem para as de grande porte que atuam no mercado.

Para Martins e Theóphilo (2009, p. 5) “não há uma regra básica para se escolher um assunto-tema-problema que mereça ser pesquisado [...] Deverá ser, ao mesmo tempo, importante, original e viável”.

Com as mudanças geográficas, econômicas e ambientais que surgiram no decorrer dos anos, o Brasil é um dos poucos países, a exigirem por lei, informações de cunho social, dando à DVA a importância similar dada à DFC, ou seja, tornando obrigatória a publicação dessa demonstração pelas empresas S.A de capital aberto. Observa-se nas empresas não apenas a capacidade de gerar riquezas econômicas, mas também a capacidade de gerar riquezas sociais e como as empresas agregam valores à sociedade onde operam: “pagar de volta” aquilo que consome da sociedade.

A conscientização, principalmente de executivos, governos e órgãos reguladores das normas contábeis, de que as empresas não deveriam ser orientadas apenas pelos seus resultados econômicos financeiros pode ser importante para as futuras gerações.

A questão social deve ser avaliada quando mensura-se o valor de uma empresa no mercado, se seu negócio é sustentável e o quanto ela contribui para a sociedade.

Alguns relatórios de natureza socioeconômica são recomendados pela GRI, ONU, Ibase e Ethos.

Os relatórios sociais divulgados anualmente pelas empresas além de ser uma ferramenta de marketing pode funcionar como instrumento de medição para os usuários com relação à responsabilidade social das empresas.

A contribuição da pesquisa está em evidenciar se a DVA elaborada nos requerimentos básicos sugeridos pelo CPC 09 fornecem informações aos usuários na análise social das empresas.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Procura-se na revisão da literatura apresentar o resumo definido e delimitado sobre o tema, referenciando os autores que falaram sobre o mesmo assunto para fundamentar a opinião do pesquisador.

Para Gonçalves e Meirelles (2004, p.86), “o referencial teórico é mais geral, apresentando e discutindo as bases conceituais teóricas dentro das quais se encerram e se apóiam os problemas de pesquisa, os objetivos, a metodologia e a análise de dados”.

Assim, o presente capítulo trata-se da plataforma teórica em que foi embasada a pesquisa e dá um panorama sobre as mudanças ocorridas no cenário social e contábil, o surgimento do balanço social, instituições que incentivam sua divulgação e os modelos de balanço social propostos, o surgimento da DVA no Brasil, a apresentação dos regulamentos emitidos sobre DVA e modelos sugeridos de DVA, bem como, a revisão dos achados dos índices da DVA.

Abordam-se temas de ordem social e econômica para entendimento da evolução da contabilidade, desde ao surgimento do Bilan Social na França ao surgimento da DVA no Brasil, o conceito de Valor Adicionado discutido pelos autores, uma visão geral sobre a Teoria dos Stakeholders, o que esperam das empresas e a apresentação sobre as diferenças observadas no conceito de Valor Adicionado econômico e Valor Adicionado contábil.

1.1 Mudanças Sociais e Econômicas que Influenciaram o Comportamento das Pessoas e Organizações

A ação do homem no tempo pode ter produzido grandes efeitos no seu modo de viver e suas descobertas podem trazê-lo melhores condições de vida e trabalho.

Para Silva, Rodrigues e Jorge (1998 apud Kroetz, 2000, p. 22), “a história da Contabilidade não pode ser isolada da história econômica e social. Face às novas realidades, a eficácia de uma empresa está ligada à forma como esta satisfaz os interesses de uma coligação de participantes”.

Kroetz (2000, p. 22) expressa o mesmo sentimento que Silva, Rodrigues e Jorge, ao afirmar que a contabilidade está associada às relações sociais, “[...] princípio corroborado por outros historiadores quando afirmam em decorrência dela. Por isso, seus progressos sempre coincidiram com os que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Com a afirmação dos dois autores pode-se observar que a Contabilidade, como ciência social, também tem seus avanços à medida que a sociedade evolui. É o que afirmam também Hanashiro, Teixeira, Zaccarelli e Sá, a seguir.

Para Hanashiro, Teixeira, Zaccarelli (2007, p. 4):

A partir do século XVIII a industrialização promove a substituição do modelo artesanal pelo modelo industrial de produção, modificando o processo produtivo e provocando mudanças sociais e econômicas que adentraram e se acentuaram no século XX, e que caracterizam a sociedade industrial.

Para Sá (2002, p. 31):

O movimento intelectual que, a partir do século XIX, foi empreendido, precipitando um amadurecimento cultural da humanidade, culminou com a época do Positivismo¹ (século XIX); tal período, positivista, de extremo amor à ciência, foi determinante para que a Contabilidade também se transformasse doutrinariamente.

¹ A doutrina do Positivismo baseia-se na observação e teorização da realidade, concentrada na observação dos fenômenos ou acontecimentos das coisas, inspirada no pensamento de Auguste Comte.

Nas literaturas pesquisadas no decorrer do trabalho, pode-se observar que as mudanças sociais ocorridas, especialmente na França, levaram a sociedade a questionar o quanto as empresas utilizavam dos recursos humanos e naturais disponíveis para gerar riquezas e quais os valores as empresas entregavam em troca à sociedade.

“As transformações econômicas e sociais ocorridas nos últimos anos influenciaram, substancialmente, o comportamento das pessoas e, principalmente, das organizações” (LUCA; CUNHA; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 5).

As mudanças econômicas e sociais ocorrem naturalmente à medida que surgem novos desafios e necessidades do homem, como afirmam Hanashiro, Teixeira, Zaccarelli, Lemes e Carvalho, abaixo.

Para Hanashiro, Teixeira, Zaccarelli (2007, p. 13):

Em decorrência da mudança no comportamento do consumidor, vem-se desenvolvendo, por parte das empresas, um movimento de associar às suas atividades a atuação socialmente responsável, quer seja minimizando prejuízos à sociedade, decorrente de sua operação, quer investindo nas comunidades em que estão inseridas.

Para Lemes e Carvalho (2010, p. 1):

Após o cataclismo econômico e social provocado pela crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, membros do Governo dos Estados Unidos, congressistas daquele país, dirigentes empresariais, auditores, analistas de crédito e do mercado de ações e pesquisadores acadêmicos se debruçaram na análise das razões para a crise e na concepção de mecanismo para superá-la.

Em uma situação de crise, onde pode surgir necessidade por mais informações, o homem desenvolve novas habilidade e modelos de gestão.

Para os autores, “dentre as medidas imaginadas e implantadas estava um reposicionamento relativo à regulação governamental e à normatização contábil voltadas para o preparo e auditoria de Demonstrações Financeiras [...]” (LEMES; CARVALHO, 2010, p.1).

Dos novos modelos de gestão aparecem personagens que até então era desconhecidos ou não lembrados pela administração de uma empresa.

Para Pena, Andrade e Gonçalves (2013, p. 316):

Durante séculos, a contabilidade era voltada somente para os interesses do dono do estabelecimento [...] com o surgimento dos credores que passaram a ser parceiros dos negócios, as exigências quanto às informações contábeis cresceram progressivamente [...] Com esse desenvolvimento, a população começou a cobrar das empresas por informações que apresentassem maior transparência no que diz respeito ao lado social e ambiental [...].

A mudança observada por Pena, Andrade e Gonçalves pode referi-se ao comportamento das pessoas e no modo de pensar. As empresas deixaram de ser vistas apenas como núcleos de gerações de empregos e passaram a serem vistas como núcleos responsáveis pela manutenção do bem-estar da sociedade.

Há na sociedade uma crescente preocupação em analisar a empresa também como instituição social e não apenas como instituição econômica. A sociedade vem premiando as empresas que tomam a iniciativa de promover atividades sociais com a participação de seus empregados e com a sociedade, como também de participar do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde estão inseridas (LUCA; CUNHA; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Para Franco (1999, p. 92) “[...] os rápidos desenvolvimentos em comunicações e a mídia conduziram à mudança da informação global e ao alerta do consumidor, que, por sua vez, contribui para a queda do nacionalismo nos padrões de compras [...]”.

Dessa mudança de comportamento e modo de pensar da sociedade (e dos indivíduos), surge um termo conhecido e estudado por muitos pesquisadores, os *stakeholders*: qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar o alcance dos objetivos da entidade ou ser afetado por ele (FREEMAN, 1984).

1.2 Teoria dos *Stakeholders*

A sociedade em que as empresas operam espera que as empresas prestem contas e que cedam benefícios à comunidade local.

Para Post, Preston e Sachs (2002, p. 9, tradução nossa) a legitimidade da corporação como uma instituição, a sua licença para operar dentro da sociedade, depende não só do seu sucesso na criação de riqueza, mas também na sua capacidade de atender às expectativas dos diversos componentes que contribuem para a sua existência e sucesso. Esses componentes e interessados são os *stakeholders* da corporação. Consequentemente, a empresa deve ser vista como uma instituição engajada na mobilização de recursos para criar riqueza e benefícios para todos os seus *stakeholders*.

A proposta central de Post, Preston e Sachs (2002, p.1, tradução nossa), “é que a riqueza organizacional pode ser criada (ou destruída) por meio de relações com as partes interessadas (*stakeholders*) de todos os tipos”.

Castells (1999 apud Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli, 2007, p. 5), afirma que:

Uma análise mais criteriosa dos aspectos que caracterizaram a Era Pós-Industrial sugere que as drásticas transformações na economia e nas tendências sociais, ocorridas nos anos 1990, apontam para o surgimento de uma nova configuração histórica que, para esse autor, pode ser denominada de informacional.

Para Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2007, p. 13):

A era informacional tem impactado o comportamento de todos stakeholders, desde os primários aos secundários. Entre eles destacam-se profundas mudanças no comportamento dos consumidores, exigindo das empresas mudanças no seu comportamento estratégico visando à conquista de vantagem competitiva sustentável.

Hanashiro, Teixeira, Zaccarelli (2007, p. 13) ainda continua afirmando que:

Com a sociedade informacional, surge um novo consumidor mais informado, com maior discernimento, mais esquivo econômica e socialmente e mais voltado para agir independentemente, de acordo com seu próprio interesse [...] Esse consumidor comporta-se como 'consumidor vigilante' e defende esforços no sentido de exigir das empresas um comportamento socialmente responsável [...] A ameaça ao meio ambiente é vista pelo consumidor como uma anulação à qualidade de vida pessoal, social e global [...] Como consequência, as pessoas procuram proteger-se adotando comportamento de cobrança de responsabilidades [...]

1.2.1 Definição de *Stakeholders*

Para Maximiano (2007, p. 416):

Stakeholders (ou partes interessadas) é o conceito alternativo de *shareholder* (acionista). Stakeholders são pessoas que estão associadas direta ou indiretamente com a organização ou que sofrem algum de seus efeitos: clientes, fornecedores, distribuidores, funcionários, ex-funcionários e a comunidade, na medida em que são afetados pelas decisões da administração. Essas pessoas podem ser indivíduos ou membros de grupos ou organizações.

Todos acionistas ou empresários buscam lucrar com as atividades empresariais, assim, dependem de recursos humanos e naturais à disposição na

sociedade para alcançar os objetivos corporativos e metas impostas de crescimento. Nesse processo, as empresas consomem e criam valores na sua operação.

Post, Preston e Sachs (2002, p.17, tradução nossa) expressam a visão deles sobre stakeholders da seguinte forma:

A empresa é uma organização empenhada na mobilização de recursos para usos produtivos, a fim de criar riqueza e outros benefícios (e não intencionalmente destruir riqueza, aumentar o risco ou causar danos) para a sua múltipla constituinte ou partes interessadas (stakeholders).

Para os autores, “esta definição fornece uma descrição mais precisa da realidade e oferece uma melhor orientação para os gestores e diretores no desempenho de suas funções” (POST; PRESTON; SACHS, 2002, p.17, tradução nossa).

Para Post, Preston e Sachs (2002, p.17, tradução nossa): “a implicação mais importante é que os desempenhos das empresas devem ser avaliados a partir de múltiplas perspectivas. Os interesses dos acionistas são naturalmente importantes, no meio dos demais, mas nem sempre são primários e nunca exclusivos”.

Os autores ainda sugerem que:

Outra implicação é que os gestores das empresas devem tentar identificar seus stakeholders significativos e legítimos (particularmente aqueles que são não contratuais e involuntários e, portanto, facilmente esquecido) e ouvir e responder aos seus interesses e preocupações (POST; PRESTON; SACHS, 2002, p.17, tradução nossa).

“O termo *stakeholders* foi primeiramente popularizado na literatura, Administração Estratégica, por Freeman em 1984” (POST; PRESTON; SACHS, 2002, p.17, tradução nossa).

“Um *stakeholder* em uma organização é (por definição) qualquer grupo ou indivíduo que pode ser afetado pelas realizações dos objetivos das organizações” (FREEMAN, 1984, p. 46).

Post, Preston e Sachs (2002, p.19, tradução nossa) ainda citam que:

A maioria dos autores posteriores, parafraseando declaração solta de Freeman, apresenta que um *stakeholder* em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização das atividades de uma organização. No entanto, esta definição ampla incluiria entidades, como os concorrentes, cujos interesses estão diretamente contra os da entidade observada (mas que, no entanto, pode afetar ou ser afetado por ela).

Para Post, Preston e Sachs (2002, p.19, tradução nossa) a idéia fundamental é que os *stakeholders* têm uma participação na operação da empresa, no mesmo sentido em que os parceiros de negócios têm um interesse comum em seus empreendimentos ou como jogadores, em um time, que busca um resultado comum num jogo.

“Os *stakeholders* compartilham um risco comum, a possibilidade de ganho de benefícios ou experimentar perdas e danos, como resultado de operações corporativas” (POST; PRESTON; SACHS, 2002, p. 19, tradução nossa).

1.2.2 Identificação de *Stakeholders*

Se existem interessados nas operações das empresas é porque de alguma forma os interessados podem ser afetados direto ou indiretamente pelas tomadas de decisões da administração.

Um estudo publicado pela OECD - *The Organisation for Economic Co-operation and Development* (2000) diz que a boa governança corporativa colabora para garantir que as empresas levem em conta os interesses de uma ampla gama de círculos eleitorais (*stakeholders*), bem como das comunidades em que atuam, e que seus conselhos são responsáveis perante a empresa e os acionistas. Isto, por sua vez, ajuda a assegurar que as empresas operam a favor da sociedade como um todo.

Uma das dificuldades que a administração pode encontrar é na identificação dos seus stakeholders e como elaborar a informação e para quem divulgar.

Diversos autores e estudos dão exemplos de stakeholders que, no geral, não difere tanto entre si e no conceito.

O estudo publicado pela OECD ainda apresenta a variedade de partes interessadas:

- (a) **Empregados:** existe um consenso generalizado de que eles são uma parte interessada principal.
- (b) **Acionistas:** alguns diriam que os acionistas são os primeiros stakeholders.
- (c) **Administração:** é controverso, mas alguns acreditam que a administração são *stakeholders*, por exemplo, Evan e Freeman argumentam que os administradores têm um dever adicional, da manutenção da saúde da companhia mantendo a demanda de *stakeholders* equilibrada, o que os torna partes interessadas.
- (d) **Credores:** os direitos dos credores são sempre protegidos sob contratos e apoiado por uma garantia onde eles raramente são tratados como "proprietários", como são os acionistas.

- (e) **Sindicatos:** alguns grupos argumentam que esse grupo é uma redundância com o grupo de empregados.
- (f) **Clientes:** as maiorias dos modelos de *stakeholders* incluem os clientes como partes interessadas.
- (g) **Fornecedores:** sempre são considerados como stakeholders.
- (h) **A comunidade local:** definições mais amplas de *stakeholders* alargam o conceito para incluir as responsabilidades para comunidades locais e, em geral, da sociedade civil.
- (i) **Gerações futuras:** desenvolvimento sustentável é o centro do debate dos stakeholders e isso sugere a responsabilidade das gerações futuras, que um dia será o grupo de interessados.

Para Tinoco (2001, p. 34), “são vários os usuários das informações do Balanço Social, portanto, considerados *stakeholders*: funcionários, clientes, acionistas etc”.

Ashley (2010, p. 99-101) nos dá um panorama de como as empresas estão orientadas aos seus diversos stakeholders:

- (a) Na orientação para as relações com o capital nos requisitos da lei, a responsabilidade social da empresa é entendida como a maximização do lucro a partir do estrito cumprimento de suas obrigações definidas e regulamentadas em lei.
- (b) A orientação para as relações com os empregados vê a responsabilidade social como forma de atrair e reter funcionários com qualificação, promover boa imagem no mercado de trabalho, além de alcançar mercados protegidos por barreiras não tarifária, por meio de estratégias como as políticas étnicas.
- (c) A orientação para as relações com fornecedores e compradores faz com que a responsabilidade social mantenha-se pertinente às atividades comerciais e de operação do negócio, percorrendo a

empresa e se transpondo para a cadeia de produção e consumo (ciclo de vida do produto).

- (d) Na orientação para prestação de contas (accountability), o foco é assegurar a transparência, a comparabilidade e a confiabilidade dos resultados de desempenho em indicadores ambientais, sociais e econômicos.
- (e) Na orientação para as relações com a comunidade – ação social empresarial, investimento social privado ou benevolência empresarial.
- (f) No caso da orientação para o ambiente natural, a responsabilidade social tem como objetivo a ecoeficiência, integrando fatores como tecnologia, recursos, processos, produtos, pessoas e sistemas de gestão.

Estes usuários das informações do Balanço Social são considerados stakeholders, pois são usuários que têm interesses nas informações e são afetados pelos objetivos das empresas.

Para entender e identificar as partes interessadas, Post, Preston e Sachs (2002, p.14, tradução nossa) colocam a seguinte questão: “os acionistas estão empenhados querendo retorno sobre os seus investimentos? Claro. Eles são partes interessadas significativas, contribuindo para o sucesso da corporação e, portanto, totalmente merecedor de recompensas”. Assim, podem-se fazer perguntas semelhantes com relação aos potenciais usuários das informações da empresa. Se a resposta for positiva, ou seja, houver qualquer interesse, logo, é identificada uma parte interessada.

Na definição de Kochan e Rubenstein (2000 apud POST; PRESTON; SACHS, 2002, p. 19, tradução nossa), são sugeridos três critérios para identificar as partes interessadas relevantes:

- (a) Eles fornecem recursos que são críticos para o sucesso da empresa?
- (b) Eles colocam algo de valor "em risco", isto é, o seu próprio bem-estar é diretamente "afetado" pelo rumo da empresa?

- (c) Eles têm "força suficiente" para afetar o desempenho da empresa, seja favorável ou desfavoravelmente?

Assim, os gestores podem encontrar ferramentas e métodos para identificar suas partes interessadas, ou seja, seus stakeholders.

1.2.3 Relacionamento com *Stakeholders*

Não há de se negar que as relações sociais estão intimamente ligadas às vidas das empresas e a influência social interfere diretamente nas práticas empresariais. Há uma pressão por parte da sociedade em relação à atuação das empresas no ambiente socioeconômico (LUCA; CUNHA; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2009, p. 5).

A partir da atuação das empresas no mercado surgem as questões de relacionamento e ética no tratamento com *stakeholder*.

Se as informações que vão para os relatórios financeiros e sociais são substancialmente geradas pela contabilidade, cabe ao profissional da área também zelar pela tempestividade e integridade das informações guardadas:

O contador, no desempenho fundamental de sua atividade, é o principal agente gerador de informações utilizadas para embasar as decisões nas empresas [...] Em se tratando da sua relação com as partes interessadas, é também através da informação contábil que estes são capazes de apurar e muitas vezes receber suas receitas, o que atribui ao profissional contábil uma série de responsabilidade ética e social (PENA; ANDRADE; GONÇALVES, 2013, p. 32)

Segundo Lisboa (2007, p. 79), “a informação é um grande instrumento para tomada de decisões dentro de uma empresa e muitas informações são elaboradas pelos contabilistas”.

Lisboa (2007, p. 89) continua afirmando que “o papel do contabilista é suprir, com as informações desejadas cada um desses usuários [...] o profissional deve buscar sempre refúgio no Código de ética Profissional e na ética de modo geral”.

O comportamento do contador ou daquele que prepara as informações contábeis, se não for embasado sobre os pilares da ética, de nada as informações contábeis terão valor, pois não podem ser fontes confiáveis para tomadas de decisão e avaliação da empresa.

Iudícibus (2004, p. 26) trata da abordagem ética na contabilidade afirmando o seguinte: “a contabilidade deveria apresentar-se como justa e não enviesada para todos os interessados”.

Segundo Maximiano (2011, p. 430) existem “alguns aspectos da administração das organizações que envolvem questões éticas”:

- (a) Quais são as obrigações das empresas no que tange à necessidade de informar sobre os riscos de seus produtos para o consumidor (álcool, tabaco, por exemplo)?
- (b) Como se devem pautar as relações dos funcionários com os usuários, especialmente no caso dos funcionários públicos, em suas relações com os contribuintes?
- (c) Quais são as obrigações da empresa com relação ao impacto da operação e desativação de fábricas sobre a comunidade, os fornecedores e distribuidores?

Ainda para Maximiano (2011, p. 430):

No âmbito da política interna, a discussão sobre a ética focaliza especialmente as relações da empresa com seus empregados. Algumas questões relevantes são as seguintes:

- (a) Quais são as obrigações da empresa com seus funcionários?

- (b) Que tipos de compromissos a empresa pode exigir de seus funcionários?
- (c) Qual o impacto sobre a força de trabalho das decisões sobre redução de produção ou desativação de operações?
- (d) Que participação os funcionários devem ter nas decisões que afetam a empresa?

As empresas precisam estar atentas a qualquer alarme ou sinal de carência por informações dos *stakeholders* e buscar atendê-los prontamente.

Para Post, Preston e Sachs (2002, p. 2, tradução nossa):

[...] muitos dos focos sobre os administradores na gestão do relacionamento com o cliente, fornecedores, ativos intangíveis, balanced scorecards, e assim por diante, se baseia explicitamente na proposição de que a corporação é uma rede de pessoas interdependentes, organizações e interesses.

Se os *stakeholders* são importantes para o desenvolvimento das empresas, todos precisam ser tratados igualmente pela administração.

Conforme apresentado por Maximiano (2011, p. 305), o ponto da Teoria da Equidade (ou teoria do equilíbrio) é a crença de que todos precisam ser tratados de forma igual pelas empresas, tanto nas recompensas quanto nas punições. A percepção da falta de equidade pode produzir frustração, perda de autoestima, sensações de desprezo.

Um estudo feito por Post, Preston e Sachs (2002, p. 2, tradução nossa) demonstrou que “as experiências das empresas Cummins, Motorola e Shell, consideradas por várias décadas, permite mostrar onde e como o gerenciamento das partes interessadas (ou sua ausência) faz a diferença no negócio e na evolução institucional dessas empresas”. Para Post, Preston e Sachs (2002, p. 10, tradução nossa) as ligações de stakeholders podem contribuir para a riqueza organizacional e para o bem-estar e o sucesso da corporação.

Pensando dessa forma, pode-se perguntar, o que os *stakeholders* em geral têm em comum para que sejam atendidos pela administração das empresas e não apenas aqueles considerados mais ou menos importantes, ou os primários, como cita alguns autores?

O estudo publicado pela OECD, afirma que existem quatro “terrenos” comuns no tratamento dos stakeholders e que stakeholders e acionistas concordam que a governança corporativa eficaz requer os quatro princípios:

- (a) **Transparência:** divulgação completa de informações financeiras e não financeiras.
- (b) **Accountability:** garantir que a gestão seja efetivamente supervisionada (se necessário, substituída) com a nomeação de um órgão independente e competente.
- (c) **Justiça:** tratamento equitativo dos investidores.
- (d) **Responsabilidade:** garantir que a empresa cumpra seu papel na sociedade.

Dessa forma, pode-se observar que as empresas podem estar sendo “vigiadas” por suas partes interessadas, seja ela primária ou secundária.

A administração precisa estar ciente de que os “rumos” das empresas são observados e avaliados pelos seus stakeholders como forma de medir o risco e benefícios nas relações comerciais. Assim, a escolha de relacionamento com determinada empresa pode estar ligada à transparência da empresa no mercado e aos valores que esta empresa agrega aos seus parceiros e *stakeholders*.

1.3 Balanço Social

O balanço social é a forma pela qual as empresas conseguem demonstrar sua situação social na comunidade em que opera.

Pena, Andrade e Gonçalves (2013, p. 317) dizem que “discorrer sobre onde e quanto teve início, o Balanço Social não é tarefa fácil [...] possivelmente o Balanço Social surgiu no início no século XX [...] cobrança da sociedade por maior responsabilidade social das empresas”.

Para Kroetz (2000, p. 45):

A sociedade sempre esperou da ciência contábil sua parcela de comprometimento com a busca do bem-estar social, todavia precisar a origem do Balanço Social torna-se difícil, na medida em que se aceita essa premissa. Contudo, já há um consenso que se trata de uma demonstração estudada e desenvolvida a partir da primeira metade do século XX.

Danziger (1983 apud TINOCO, 1983, p. 30):

O balanço social é um documento importante, espelho da situação social na empresa, ele testemunha o clima que a rege. Plataforma de cooperação ou de reivindicação, ele inaugura de maneira implícita uma nova era nos relatórios entre a direção e os assalariados.

“Explicita ainda que é necessário conceder ao balanço social a mesma consideração de que se beneficia o balanço financeiro e o balanço fiscal (TINOCO, 2011, p. 30)”.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 37):

A elaboração do Balanço Social nos moldes atuais evidencia uma evolução dos relatórios contábeis, que apresentam informações e dados sobre funcionários e atividades sociais praticadas pelas empresas, e do próprio Balanço Patrimonial, no que se refere às Notas da Diretoria e às Notas Explicativas, onde são citadas, dentre outras, ações sociais desenvolvidas pelas organizações em determinado período de tempo, muitas vezes, de forma pouco abrangente e esclarecedora. Tal evolução foi necessária, pois a contabilidade, apresentando apenas informações sobre capitais recebidos pelas entidades e o modo e a qualidade de sua utilização, somente aos sócios, sob a forma de lucros, aos credores, sob a forma de juros, e ao governo, através dos impostos incidentes sobre eles, sempre, portanto, sob a perspectiva do capital e de seus rendimentos, não se preocupavam com a prestação de contas sobre outra fonte de geração de riqueza, a mão-de-obra.

O Balanço Social é uma fonte de informação importante para aqueles que estão interessados, além do desempenho econômico das empresas, no seu desempenho social e nas contribuições que as empresas fazem, devolvendo os recursos consumidos em forma de valores à sociedade.

Conforme trabalho apresentado por Santos (1998, p.1) “o balanço social é um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência da cidadania”.

A avaliação do impacto social funciona como ferramenta de gestão para medir o desempenho social e ambiental da empresa, mobiliza a participação de parceiros, colaboradores, fornecedores e mais agentes envolvidos na economia social. Além disso, quando a empresa apresenta outras informações, que não a perspectiva econômica e financeira, pode aumentar sua transparência perante o mercado e stakeholders e pode ser uma ferramenta para avaliar e melhorar a eficácia social, cívica e ambiental das empresas e, assim, aumentar seu valor.

Para Pena, Andrade e Gonçalves (2013, p. 314) “[...] as organizações empresariais têm a frente um público mais exigente e preparado e que está interessado por uma maior transparência e qualidade no que diz respeito à responsabilidade social”.

Conforme divulgado pela Ethos:

O balanço social, ou relatório de sustentabilidade, é um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da RSE, e em direção à sustentabilidade.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 129):

O Balanço Social, como instrumento de transparência das ações das empresas, de gestão corporativa e diálogo com a sociedade, pode também proporcionar aos financiadores das atividades desenvolvidas pelas organizações, sejam eles privados ou públicos, tais como bancos mercantis e de fomento e desenvolvimento, elementos para decidirem sobre financiamentos, pois já se encontram situações em que empresas só obtêm o crédito caso apresentem projetos, os quais, necessariamente, devem estar atrelados a programas de desenvolvimento social para as áreas em que serão implantados.

Entretanto, existem alguns limites quando se avalia o impacto social, tais como, a ausência de verificação externa de dados e informações.

A confiabilidade das informações é fundada principalmente na sinceridade e transparência dos administradores e a inclusão de todas as partes interessadas no seu relatório social.

A finalidade da avaliação de impacto social é identificar espaço para aplicar melhorias nas empresas, servindo como uma importante ferramenta de governança, que permite aos administradores, bem como os demais agentes e parceiros das empresas, a medir o impacto global das suas ações, aumentarem a eficiência das empresas, adquirir e disseminar uma cultura de responsabilidade social.

Para Tinoco (2001, p. 34):

O balanço social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade.

1.3.1 Surgimento do Balanço Social

Muitos são os países que lideraram a difusão do balanço social no mundo, em especial a França.

Segundo Reis e Medeiros (2007, p. 37-38):

Sua origem vem da concepção de responsabilidade social adotada inicialmente no meio empresarial dos EUA, em torno dos anos 30 do século XX, passando nos anos 60 a ser registrada na Europa e na América Latina. Essa concepção veio em resposta aos diversos problemas decorrentes do crescimento econômico – principalmente os relacionados ao meio ambiente, especialmente no que se refere à poluição e ao uso indevido de mananciais hídricos e de florestas, e à sua preservação -, em especial no meio urbano industrial, e também a problemas de ordem trabalhista, como melhores salários, seguridade social e condições de trabalho. Tais acontecimentos levaram à procura de uma forma adequada para as organizações prestarem contas à sociedade de suas atividades, de suas relações sociais e do reflexo social de suas variações patrimoniais, propondo-se, então, nos EUA, uma demonstração denominada genericamente relatório social e consagrada, nos anos 70, com o nome de Balanço Social.

Conforme Tinoco (2001, p. 27):

A partir da década de 60 do século XX, os trabalhadores, especialmente na Europa e nos Estados Unidos da América, passaram a fazer exigências às organizações no sentido de obterem informações relativas a seu desempenho econômico e social,

ampliando a informação que as organizações forneciam, incorporando as sociais (especialmente aquelas relativas ao emprego), tendo em vista a discussão da responsabilidade social, dando assim origem à implantação do Balanço Social, em França, a partir de 1977, que evidenciava basicamente os recursos humanos.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 39), “nos EUA, questões sobre a responsabilidade social [...] na década de 60 do século XX, vieram à tona”.

Conforme cita Reis e Medeiros (2007, p.39) os resultados deixados pela Guerra do Vietnã [...] “que prejudicou o homem e o meio ambiente, e a discriminação de raça e sexo no emprego [...]” levou a sociedade a cobrar das empresas uma postura mais ética.

Reis e Medeiros (2007, p.41) ainda nos revelam que:

O Balanço Social de países europeus concentra informações voltadas para fora das organizações, especialmente à preservação do meio ambiente, mas também evidencia outras informações com um enfoque interno às empresas, relativo a gastos com bem-estar social, seguridade, informações sobre empregados e condição de trabalho, servindo, a França, como modelo de elaboração e divulgação do Balanço Social para os demais países.

Em 1977 foi promulgada na França a *Loi n°77-769 du 12 juillet 1977 Relative Au Balanço Social De L'entreprise*. Foram impostas algumas regras que deviam ser seguidas pelas empresas instaladas na França. Com essa legislação, percebe-se que não bastava mais atender apenas as necessidades dos trabalhadores na relação de trabalho (pagar seu salário em troca da sua mão-de-obra), as empresas precisavam prestar contas à sociedade em relação aos demais fatores que eram consumidos direto ou indiretamente nas suas operações:

Essa lei foi posta em prática pela primeira vez em 1979, submetendo as empresas que possuíam 300 ou mais funcionários a publicar o

balanço social. Contudo, desde a década de 60 várias empresas na França vinham elaborando o balanço social (TINOCO, 2001, p. 30).

Conforme Reis e Medeiros (2007, p. 42), “o balanço social de uma empresa francesa é também colocado à disposição de todo empregado da empresa que o solicitar, bem como aos acionistas, no caso das sociedades anônimas”.

A Lei nº77-769, no seu artigo 3º, encontra-se o texto que trata da obrigatoriedade das empresas em apresentar os balanços sociais: “o primeiro balanço social será apresentado: durante o exercício de 1979 pelas empresas com pelo menos 750 funcionários. Durante o exercício de 1982 pelas empresas com pelo menos 300 empregados”.

As Leis são criadas para melhorar o sistema social e impor deveres e obrigações aos cidadãos e empresas.

A exigência do Balanço Social na França tem uma íntima ligação com o Direito do Trabalho. No artigo 4º encontra-se referência do Balanço Social com as Leis do Trabalho: “as disposições do capítulo VIII do título III do livro IV do Código do Trabalho Relativo ao Balanço Social são aplicáveis a todas as instituições públicas”.

A corrente que defende a adoção do Balanço Social na França mostra poder quando submete ao próprio Estado a obrigação de elaborar e publicar seus Balanços Sociais.

São aprovadas, pelo Conselho de Estado, as condições e determinações referentes ao Balanço Social.

O Conselho de Estado é composto pelo Presidente, Primeiro Ministro, Ministro da Justiça, Ministro da Economia e Finanças, Ministro Territorial, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio e Ministro do Trabalho.

Supervisionado por disposições legais, o conteúdo dos relatórios sociais varia dentro de cinco setores:

- (a) Comércio e serviços,
- (b) Ar e terra,
- (c) Agricultura,
- (d) Construção; e
- (e) Indústria de companhia de navegação.

Ainda na França, o relatório social deve conter sete capítulos que devem ser divulgados ao público, sob a perspectiva dos empregados:

- (a) Emprego e cargo;
- (b) Remuneração;
- (c) Higiene e segurança;
- (d) Condição de trabalho;
- (e) Formação da mão-de-obra;
- (f) Relações trabalhistas;
- (g) Condições de trabalho nas empresas.

Na França, o balanço social pode ser uma ferramenta para avaliar os dados sociais disponíveis nas organizações e identificar ações que devem ser tratadas como prioridades, além de fornecer informações para tomadas de decisões junto aos seus parceiros sociais.

A prestação de contas foi exigida em forma de um relatório denominado e conhecido como Balanço Social. É neste relatório que as empresas devem ser claras e transparentes e apresentar sua contribuição para a sociedade onde os recursos são explorados.

O projeto de lei 300, que deu origem a Lei 77-769, foi aprovado pelo Senado no período de 1976-1977. André Fosset e Serge Mathieu foram os principais senadores, encontrados nas pesquisas, que promoveram diversas mudanças na Lei do Balanço Social na década de 90.

Projetado para fornecer indicadores e fornecer as informações sobre dados sociais como facilitador da avaliação interna da situação das empresas (Le Monde

du 21 janvier 1998 - Questão Escrita número 06295 de M. Serge Mathieu - Rhône RI, publicada nos Jornais Oficiais em 19/02/1998 – página 527).

Para Reis e Medeiros (2007, p. 43):

Com base nas condições históricas, políticas e sociais quando da implementação original do Balanço Social na França, pode-se entender que este foi concebido e é produzido com a preocupação marcante de que suas informações sejam de utilização prática para o empregado e suas associações – nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional-, e de caráter não decisório para o governo, sendo também um documento que permite apreciar o desempenho das organizações no domínio social, registrar as realizações efetuadas e medir a evolução da empresa no que tange à sua responsabilidade social.

Reis e Medeiros (2007, p. 44-47) dão um panorama sobre as diferenças de concepção de Balanço Social em países da Europa, como segue:

- (a) **França:** associações profissionais dos setores da indústria, do comércio e de prestação de serviços viam as empresas como células sociais. Essas associações recomendam relatório periódico de um “balanço humano”, experimentado em diversas empresas. Em 1977 vê-se aprovada a Lei relativa ao Balanço Social.
- (b) **Portugal:** através da Lei 141, introduz os primeiros formatos do balanço social, determinando a elaboração de um documento sobre o conjunto de informações em relação ao aspecto social das entidades com mais de 100 funcionários e preceitua que as empresas portuguesas devem remeter o Balanço Social à comissão de trabalhadores e ao Departamento de Estatística do Ministério de Emprego e da Segurança Social.
- (c) **Bélgica:** pelo Decreto Real Moniteur Belga, institui o Balanço Social baseado e fundamentado no princípio contábil da perenidade das entidades, o que lhe confere a condição de permanência e longevidade, sendo uma elaboração obrigatória a todas as empresas e devendo ser publicado anualmente em conjunto com as demais demonstrações contábeis.
- (d) **Holanda:** nos anos 90 os Sindicatos do Comércio e Indústria sugerem a divulgação de Social Jarverslag (Relatórios Sociais) com

ênfoque nas informações sobre condições de trabalho e estatística sobre emprego (DE LUCA *apud.* REIS; MEDEIROS, 2007, p. 46).

- (e) **Suécia:** recomendam a elaboração do Balanço Social com ênfase nas informações para os empregados (DE LUCA *apud.* REIS; MEDEIROS, 2007, p. 46).
- (f) **Alemanha:** apesar de não existir textos legais sobre o Balanço Social, empresas como Basf, Höchst, Fieroth, Deutsche Shell etc., por sua própria iniciativa, elaboraram e divulgaram Balanços Sociais.
- (g) **Inglaterra:** em 1975, o *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC), publica *The Corporate Report*, que ressalta a importância de reunir informações econômicas e sociais em um relatório capaz de informar investidores e assalariados.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 51):

A América Latina, visto como um continente em desenvolvimento tem sua preocupação concentrada em problemas como emprego, educação, adaptação de tecnologias ao meio e outros aspectos em que as organizações apresentam, direta ou indiretamente, responsabilidade no que tange a questões sociais.

1.3.2 Organizações que incentivam a divulgação do Balanço Social

Como citado anteriormente, são diversas instituições que estudam, pesquisam e incentivam a publicação de relatórios sociais: GRI, ONU, Ibase, Ethos etc.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 20) “qualquer empresa, independentemente do seu porte, se capital aberto ou fechado, pública ou privada, é legalmente obrigada a prestar contas de suas operações financeiras através de instrumentos que possibilitem medir o desempenho financeiro e contábil”.

Conforme publicado no próprio site, a GRI é uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A GRI

fornece às empresas e organizações uma estrutura de relatórios de sustentabilidade abrangente, que é amplamente utilizado em todo o mundo.

Ainda conforme publicado no site, a GRI trabalha no sentido de uma economia global sustentável, fornecendo orientações e comunicação organizacional.

Para a GRI a economia global sustentável deve combinar rentabilidade em longo prazo com justiça social e cuidado ambiental. Isso significa que, para as organizações, a sustentabilidade abrange as principais áreas de desempenho econômico, ambiental, social e governamental.

Os relatórios de Sustentabilidade da GRI permitem que todas as empresas e organizações meçam e relatem seu desempenho de sustentabilidade. Ao relatar de forma transparente e com responsabilidade, as organizações podem aumentar a confiança que as partes interessadas têm em si e na economia global.

Ainda como publicado no site, a GRI é uma organização baseada em rede. A rede global tem cerca de 30.000 pessoas, muita delas, especialistas em sustentabilidade que contribui para o seu funcionamento.

A GRI tem a seguinte visão: uma economia globalmente sustentável é a economia onde as organizações gerenciam seu desempenho econômico, ambiental, social e governamental e são responsáveis pelos impactos e os reportam transparentemente, como pode ser verificado no site da organização.

Dada a visão que a GRI tem sobre uma economia sustentável, sua missão é fornecer orientações e apoio às organizações, para tornar a sustentabilidade uma prática padrão de relatórios.

A ONU também incentiva a divulgação do balanço social, conforme reportagem publicada, em 2007, no site Terra Economia:

O Balanço Social e Ambiental da Petrobrás acaba de receber dois importantes reconhecimentos. O Pacto Global da ONU, através do diretor-executivo George Kell, fez um comunicado à Companhia, considerando pelo segundo ano consecutivo a publicação uma COP (Communication on Progress) “notável e um exemplo a ser seguido [...] O Pacto Global da ONU é uma iniciativa internacional que tem como objetivo estimular o setor empresarial a cooperar para a realização de ações norteadas por princípios relativos a direitos humanos, questões trabalhistas, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção. Trata-se de uma das maiores redes de debate internacional sobre responsabilidade social corporativa, englobando mais de 3.800 participantes de 100 países.

Para o Ibase:

Os primeiros balanços sociais de empresas foram divulgados no Brasil na década de 1980. A iniciativa, porém, só ganharia visibilidade em 1997, quando o Ibase elaborou um modelo único e simplificado de balanço, e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária das empresas. Nos primeiros anos da iniciativa, o projeto conseguiu apoios importantes. Realizaram balanços sociais anuais a Inepar, a Usiminas, a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Light. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recomendou a realização do balanço e o modelo do Ibase a todas as empresas do setor.

A missão do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, divulgada no site da entidade, tem como objetivo mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Para o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial:

[...] As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosas agentes de mudança para, juntamente com os Estados e a sociedade civil, construir um mundo melhor. Ao adicionar às suas competências o comportamento ético e socialmente responsável, a iniciativa privada conquista o respeito das pessoas e das comunidades que são impactadas por suas atividades, e o resultado é o reconhecimento da sociedade às suas atitudes. A responsabilidade social está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial, o que cria novas perspectivas para a

construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Pode-se observar que são diversas as instituições que incentivam e apóiam a divulgação de relatórios sociais.

1.3.3 Modelos de Balanços Sociais Propostos

Quando se fala em divulgar informações para as partes interessadas, um dos grandes problemas enfrentados pelas empresas é com relação ao conteúdo que deve ser divulgado para uso e análise dos seus stakeholders.

Para Tinoco (2001, p. 34), “um dos grandes problemas centrais com que nos deparamos em contabilidade é o de estabelecer o que é relevante e o que é útil e para quem e em que situação é ou não relevante e útil”.

As informações contábeis contidas nos Balanços Patrimoniais e nos Balanços Sociais podem ter um público imensamente diversificado que tem visão e perspectivas diferentes sobre as informações divulgadas pelas empresas.

Tinoco (2001, p.34) continua afirmando que:

O balanço social dirige-se a muitos usuários, porém dentro destes alguns se destacam, como: grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa; grupos que se relacionam com a empresa (cliente etc.); acionistas que aportam recursos na empresa; sindicatos dos trabalhadores; instituições financeiras, fornecedores e credores; autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado e pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião.

Dado por Tinoco que informação relevante ou não relevante depende do referencial de quem a recebe, o balanço social precisa atender às suas partes

interessadas. O problema pode residir numa pergunta, qual o melhor modelo para divulgação? Não é apresentado e discutido nessa pesquisa qual o melhor modelo para DVA, que pode ser tema tratado em outros estudos e dissertações.

Tinoco (2001, p. 35) elenca os usuários do balanço social e da contabilidade e seus respectivos interesses:

- (a) Clientes: para avaliar produtos com qualidade, recebimento de produtos em dia, produtos mais baratos, cortesia no atendimento.
- (b) Fornecedores: confirmação de parceria no negócio, segurança no recebimento e continuidade da relação comercial.
- (c) Colaboradores: geração de caixa suficiente para pagamento de salários adequados, incentivos à promoção, produtividade, Valor Adicionado, segurança no emprego.
- (d) Investidores potenciais: tornar disponível a avaliação do custo de oportunidade, rentabilidade, liquidez da ação.
- (e) Acionistas controladores: avaliar o retorno sobre o Patrimônio Líquido, retorno sobre os ativos, continuidade do negócio, crescimento do mercado e Valor Adicionado.
- (f) Gestores: avaliar o retorno sobre o Patrimônio Líquido, continuidade do negócio, valor patrimonial da ação, qualidade, produtividade, Valor Adicionado.
- (g) Acionistas minoritários: avaliar o fluxo regular de dividendos, valorização da ação e liquidez.
- (h) Governo: medição do lucro tributável, Valor Adicionado gerado pelas empresas e produtividade.
- (i) Vizinho: contribuição social dada à comunidade, preservação do meio ambiente, segurança, qualidade de vida e cidadania.

Como afirmam Reis e Medeiros (2007, p. 38-39):

O desenvolvimento de melhores modelos e a divulgação do Balanço Social começou a ser efetuados no início dos anos 70, na América do Norte e na Europa, desenvolvendo-se principalmente nos EUA, França, Bélgica, Portugal e Inglaterra. Ressalte-se, também, que, mais recentemente, na criação da União Européia, uma de suas

diretrizes sensibiliza todos os países membros para a importância das variáveis sociais ligadas ao trabalho.

Conforme publicado no site do Ethos:

Há três modelos-padrão de balanço social, ou relatório de sustentabilidade, disponíveis no Brasil, dois nacionais – um deles proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o outro pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – e um internacional, sugerido pela Global Reporting Initiative (GRI). Todos visam definir as informações mínimas a serem publicadas para dar transparência às atividades da empresa. Algumas organizações produzem relatórios com formato próprio, geralmente definido por sua área de comunicação, os quais não contêm as informações exigidas por nenhum dos modelos-padrão.

Ainda no site da Ethos podem-se encontrar os três modelos citados:

(a) Modelo Ibase: lançado em 1997, o Balanço Social Modelo Ibase inspira-se no formato dos balanços financeiros. Expõem, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha, reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Além disso, detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas — educação, cultura, saúde etc. Veja modelo no Anexo I.

(b) Guia de Elaboração de Balanço Social do Instituto Ethos: baseado num relato detalhado dos princípios e das ações da organização, este guia incorpora os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e a planilha proposta pelo Ibase, sugerindo um detalhamento maior do contexto das tomadas de decisão em relação aos problemas encontrados e aos resultados obtidos.

(c) Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, da Global Reporting Initiative (GRI): este modelo, considerado o mais completo e abrangente, conta com princípios para definição adequada do conteúdo do relatório e para garantir a qualidade da informação relatada, indicadores de desempenho e protocolos técnicos com metodologias de compilação, fontes de referências etc. Considerado

o padrão internacional de relatórios de sustentabilidade, o modelo GRI está em sua terceira versão, a chamada G3.

As instituições sociais que defendem a divulgação de informações socioeconômica nos relatórios anuais sugerem e propõem modelos de relatórios a serem usados pelas empresas, numa tentativa de auxiliar a administração sobre o que divulgar.

1.4 Demonstração do Valor Adicionado

Como resultado de pesquisas realizadas e autores que defendem a adoção da Demonstração do Valor Adicionado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, em 28 de dezembro de 2007, é aprovada a Lei 11.638/07 que obriga as companhias de capital aberto à publicação da DVA:

A Demonstração do Valor Adicionado não era obrigatória no Brasil, até a promulgação da Lei 11.638/07, que introduziu alterações à Lei 6.404/76, tornando obrigatória, para as companhias abertas, a elaboração e divulgação da DVA como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p. 5).

Segundo Peters (2008, p. 42):

Criou-se, na lei, para as companhias abertas, a obrigação de publicar a DVA (Demonstração do Valor Adicionado), recomendação da CVM desde 2002, que apresenta a riqueza gerada pela empresa, dívida pelos elementos que a geraram e sua distribuição (empregados, governo, financiadores, acionistas etc.).

Segundo De Luca (1998, p. 27) a DVA está estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, sendo criada para atender as necessidades de

informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização.

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010, p.5):

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção e ao governo.

A DVA tem como objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p. 5).

Num país onde as empresas até então não publicavam ou não se preocupavam em publicar a DVA, surgem autores que defendem a elaboração e publicação da DVA pelas empresas que têm atividades no país.

Para Tinoco (2001, p. 64):

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações é pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este, denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais que interagem com suas atividades.

Pode-se considerar que a DVA é uma das ferramentas existentes que demonstra as contribuições que as empresas trazem à sociedade como forma de retribuir os recursos que são consumidos e explorados nas suas operações. A responsabilidade ética da administração pode-se traduzir em justiça e clareza nas informações disponibilizadas aos stakeholders.

Para Carroll (2000 apud Ashley, 2010, p. 4) as responsabilidades éticas:

Correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados (no sentido positivo) ou proibidos (no sentido negativo) por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis. Elas envolvem uma série de normas, padrões ou expectativas de comportamento para atender àquilo que os diversos públicos (stakeholders) com as quais a empresa se relaciona consideram legítimo [...] justo ou de acordo com seus direitos morais ou expectativas.

No que tange a questão social, a contabilidade pode assumir uma função colaborativa para que a administração consiga traduzir suas contribuições feitas à sociedade em relatório contábil: “a Demonstração do Valor Adicionado é preparada pelo sistema de informações contábeis e apresenta o conjunto de dados que revelam a riqueza gerada pela entidade em determinado período, bem como sua distribuição” (KROETZ, 2000, p. 40).

Dessa forma, a Demonstração do Valor Adicionado “tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período” (CPC 09).

Segundo Tinoco (2001, p. 26):

Com o advento dessas informações de caráter social, que passaram a ser veiculadas com as peças contábeis tradicionais das empresas, estava aberto o caminho para um passo adiante, na Contabilidade, como ciência de reportar informação, para os mais diferenciados usuários. Esse processo consubstanciou-se na elaboração do ‘Balanço Social’.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a DVA elaborada por segmento (tipo de clientes, atividades, produtos, área geográfica e outros) pode representar informações ainda mais valiosas no auxílio da formulação de predições e, enquanto não houver norma específica sobre segmentos, sua divulgação é incentivada.

Ainda segundo Kroetz (2000, p. 40):

A DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc.

Para Tinoco (2001, p. 65):

A elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras das organizações.

O sistema contábil das empresas pode colocar à disposição da administração as informações necessárias para elaboração da DVA, para assim, divulgarem aos *stakeholders*.

1.4.1 Surgimento da DVA no Brasil

Antes de entender o surgimento da DVA no Brasil, apresenta-se a evolução da contabilidade social no país a partir da década de 60.

Conforme demonstrado por Reis e Medeiros (2007, p. 56):

No Brasil, as informações divulgadas pelo Balanço Social concentram-se em dados relacionados principalmente a emprego e educação e a outros aspectos relacionados à responsabilidade social. Apresenta-se, portanto, como um balanço social interno às organizações, medindo o nível de remuneração, condições físicas e ambientais de trabalho, bem-estar social e a seguridade social, elementos considerados como prioritários da tarefa social, e, em segundo plano, mais recentemente, evidenciando questões ambientais.

Para Reis e Medeiros (2007, p. 57), a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que contém aspectos de recursos humanos e sociais, criada pelo Decreto Lei 76.900, de 23 de dezembro de 1975, “é um marco em termos de informações sociais”. Para os autores, pode-se conhecê-la como uma primeira forma de Balanço Social no Brasil.

Pensando na evolução da contabilidade no Brasil, em 1946 é aprovado o Decreto Lei nº 9.295/46 que dispõe sobre a criação do CFC – Conselho Federal de Contabilidade: “Art. 1º ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto-Lei” (DECRETO... 1946).

Devidamente regulamentados por legislação, os contadores passam a ter obrigações a cumprir no exercício da sua função e a contabilidade é controlada por um órgão específico, conforme determinado pelo Decreto Lei nº 9.295/46: “[...] os profissionais habilitados como guarda-livros, bem como os técnicos em contabilidade diplomados [...] passaram a integrar a categoria profissional de Técnicos de Contabilidade” (DECRETO... 1946).

Entretanto, a mais de 60 anos as práticas contábeis e normatizações emitidas e aprovadas pelo CFC não acompanharam a evolução de demais Conselhos brasileiros, e assim, restaram lacunas na regulamentação da profissão e prática

contábil no Brasil, que encontrava no Regulamento do Imposto de Renda uma barreira para sua evolução, como já citado no capítulo Contextualização (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p. 1).

Para Marion (2012, p. 6):

Durante muito tempo, a contabilidade no Brasil foi vista como um modelo em que prevaleciam as normas, ou seja, o mais importante era atender às regras, mesmo que isso resultasse na produção de uma informação contábil que não refletisse a realidade econômica da entidade. Um dos exemplos mais conhecidos é a contabilização da depreciação. Se uma entidade adquirisse uma máquina e soubesse que essa máquina duraria mais de 40 anos, muito provavelmente a entidade iria depreciar o equipamento em 10 anos, pois essa era a vida útil para fins fiscais. E depois de 10 anos, a máquina registrada por zero na contabilidade ainda estava a todo vapor: Mas, mesmo assim, esse viés era aceito, pois era a regra existente.

A contabilidade não poderia “estacionar” na regulamentação fiscal. Pesquisas e estudos foram necessários para redefinir as práticas contábeis, uma vez que a contabilidade é uma ciência social e, como tal, deve acompanhar as mudanças na sociedade:

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação muito amplo (IUDÍCIBUS; MARTINS; KANITZ; RAMOS; CASTILHO; BENATTI; FILHO; DOMINGUES, 2006, p. 22).

Richardson (2011) menciona que, o método científico é como se fosse um telescópio: pelas variedades de lentes, aberturas e distâncias produzem formas diferentes de ver a natureza. Dessa forma, pode-se entender que a contabilidade

pode apresentar dados e informações antes não reveladas, dependendo do “olhar” de quem a vê, tempo, cultura e hábitos.

Colocada à luz das pesquisas e comparações com outros princípios geralmente aceitos, a contabilidade brasileira deu um dos seus passos mais importantes ao aprovar a Lei 11.638/07, que culminou em toda mudança no cenário contábil nacional.

Para Ashley (2002) o crescente aumento da complexidade dos negócios, principalmente em decorrência do processo de globalização e da velocidade das inovações tecnológicas e da informação, impõe ao empresariado nacional uma nova maneira de realizar suas transações.

Uma publicação no site do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento (2000) afirma que:

O Balanço Social, como instrumento de divulgação deste tipo de informação, pode contribuir para reforçar a imagem institucional de corporações ou das marcas e produtos a elas associados, na medida em que se apresente não apenas como mais um atributo de marketing, mas como um demonstrativo da efetiva responsabilidade social assumida e praticada pela empresa e, como tal, entendida e reconhecida pela sociedade.

Segundo Mendes (1997, p. 4 apud LUCA, CUNHA, RIBEIRO E OLIVEIRA, 2007, p. 7):

O que acontece é que as empresas ‘têm cometido dois grandes pecados: esquecem-se de mostrar a imensa contribuição que emprestam à sociedade e não perceberam, ainda, que seus lucros crescerão céleres se fizerem um esforço maior nesse sentido’. E complementa: ‘[...] Dar publicidade àquilo que a empresa faz em benefício social, poderá significar, para ela, a oportunidade de obter do mercado uma grande recompensa [...]’.

O Balanço Social demonstra as ações que ratificam o nosso compromisso com a responsabilidade social, traduzindo o pensamento e a preocupação do CFC com a sociedade e com o meio ambiente (informação verbal)².

Dada a visão geral de Balanço Social e DVA, entende-se que a DVA não representa o Balanço Social na sua plenitude e complexidade, mas representa uma demonstração de cunho social, traduzida pelos números contábeis para refletir as ações sociais das empresas na sociedade.

A DVA pode ter sido criada com a finalidade de divulgar e identificar as riquezas geradas pela empresas e como essas riquezas foram distribuídas entre os diversos setores que contribuíram para sua geração e passou a ser obrigatória com a publicação da Lei 11.638/07.

As mudanças na legislação brasileira são consequências da evolução da contabilidade.

Tais mudanças e influências sociais e ambientais têm chamado atenção dos órgãos reguladores das práticas contábeis, que vêm adotando melhores práticas de governança desde então.

Ainda segundo Marion (2012, p. 5):

O processo de adoção do padrão contábil internacional já vinha sendo feito de uma forma indireta há alguns anos, por meio de emissões de padrões locais próximos às práticas internacionais. Em 2006 e 2007, o processo de convergência evoluiu consideravelmente, a partir do momento em que o Banco Central, CVM e Susep decidiram que as entidades reguladas por tais órgãos teriam que adotar as IFRS em suas demonstrações consolidadas a partir de 2010. Mas foram as alterações da Lei das S/A, iniciadas pela aprovação da Lei 11.638/07, e a emissão dos Pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tornaram a convergência no Brasil irreversível e com impactos na contabilidade individual das entidades, o que exigiu um esforço ainda maior dos profissionais.

² Maria Clara, durante o lançamento do Balanço Social 2006. Disponível em: <http://portalcfc.org.br>

Em agosto de 2013, estava em audiência pública, no CFC, a minuta ITG 2004 – Interação da Entidade com o Meio Ambiente, que tem como objetivo “definir os conceitos e os critérios para a divulgação de informações quantitativas e qualitativas de natureza ambiental contidas nas Demonstrações Contábeis e que reflitam as interações da entidade com o meio ambiente”. Não se pretende discutir, neste trabalho, sobre ativos e passivos ambientais, mas sim, demonstrar que assuntos relacionados à transparência social e ambiental podem ficar cada vez mais latentes no meio corporativo:

O mercado brasileiro acabou de passar por uma verdadeira revolução contábil: a adoção nas normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), chamadas de International Financial Reporting Standards (IFRS). A adoção desse padrão contábil exigiu e continuará exigindo muito esforço de todos os que se relacionam com a informação contábil: os contadores, que preparam a informação, os auditores, que opinam sobre a informação, os analistas, que utilizam a informação, os órgãos reguladores, que emitem os novos padrões e fiscalizam as entidades, os professores, que pesquisam e ensinam tais padrões, entre outros. (MARION, 2012, p. 5).

Assim, como em outros países, a necessidade de informação social pode ter sido o responsável por trazer nos padrões contábeis brasileiros a DVA.

1.4.2 Regulamentos Emitidos Sobre a DVA

Apesar da legislação que aprova a divulgação da DVA ter sido deliberada em 2007, pode-se notar que o assunto não é novidade no meio acadêmico e contábil.

Já na década de 90, Iudícibus (1990 apud TINOCO, 1990, p. 65) sugeriu que:

A profissão contábil muito poderia contribuir para que os economistas governamentais tivessem informações mais amoldadas para o cálculo das contas nacionais se, adicionalmente às demonstrações

usuais, levantasse e publicasse mais uma com um pouco esforço adicional, denominada de Demonstração do Valor Adicionado (ou agregado), a qual já era realidade em alguns países, como a Alemanha, e que ampliaria bastante a gama de informações contábeis relevantes, não somente para finalidades macroeconômicas, objeto deste artigo, mas enquadrando-se no cenário mais amplo da contabilidade social. Basicamente a Demonstração do Valor Adicionado procura comparar o valor das vendas (mais rigorosamente da produção, segundo os economistas) de uma entidade com o custo dos insumos adquiridos fora da empresa, tanto em forma de produtos como serviços, em cima dos quais nossa entidade (a entidade contábil de que estamos tratando em cada caso) adicionou valor. [...] se todas as atividades econômicas desenvolvidas no país fossem desenroladas em entidades que levantassem demonstrações a Valor Adicionado [...] a consolidação de tais demonstrações, excluídas as duplas contagens, já seria o próprio PIB, muito mais corretamente estimado do que atualmente.

Antes de se tornar obrigatória para companhias abertas, a DVA era incentivada e sua divulgação apoiada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Parecer de Orientação CVM 24/92. No ofício-circular CVM/SNC/SEP 1/00, a CVM sugeriu a utilização do modelo elaborado pela Fipecafi, reforçando novamente o incentivo e apoio no ofício-circular CVM/SNC/SEP 1/07 (IUDÍCIBU; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p. 583).

Como consequência de estudos e pesquisas acerca da DVA, novos pronunciamentos surgem em decorrência da Lei 11.638/07:

(a) Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação [...] do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa Demonstração é exigida pela Lei brasileira (Lei no 11.638/07) para as companhias abertas a partir dos exercícios iniciados a partir do primeiro dia de 2008, mas não é exigida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, apesar de incentivado por ele e, também, pela ONU – Organização das Nações Unidas. O CPC considera que, dada a relevância dessa Demonstração e da utilidade de suas informações para todos os usuários, deve ela ser incentivada para ser divulgada por todas as demais sociedades comerciais brasileiras.

(b) A CVM, Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM Nº 557, de 12 de novembro de 2008:

Aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 09 [...] que trata da Demonstração do Valor Adicionado [...]

(c) A Resolução CFC Nº. 1.138/08 aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

(d) A Resolução CFC N.º 1.162/09 3 aprova que:

A entidade, sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, devem elaborar a DVA e apresentá-la como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. É recomendada, entretanto, a sua elaboração por todas as entidades que divulgam demonstrações contábeis.

(e) A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho Nº 4.796, de 24 de dezembro de 2008, resolve:

Aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia do setor elétrico, assim como para o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Inclusive o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

(f) A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, através do Comunicado SUREG Nº 001/09, aprova:

Todas as concessionárias, permissionárias e operadoras de serviços em regime de autorização especial de transportes terrestres regulados pela ANTT deverão adotar os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Inclusive o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

No Diário Oficial da União – Seção 1, de 28 de janeiro de 2011, encontra-se:

A DVA é obrigatória, segundo a legislação societária brasileira, somente para as companhias abertas, enquanto que de acordo com as IFRS, por não ser uma demonstração obrigatória é uma informação suplementar. Para simplificar a redação e o entendimento do relatório do auditor independente, a DVA deve ser tratada em parágrafo de outros assuntos, após o parágrafo da opinião.

Dado que muitos órgãos reguladores aprovaram a DVA como peça no conjunto das Demonstrações Contábeis, encontra-se no CPC 09 a norma de que trata o assunto:

A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas, detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- Pessoal e encargos;
- Impostos, taxas e contribuições;
- Juros e aluguéis;
- Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- Lucros retidos ou prejuízo do exercício.

Da forma como é proposta a divulgação da DVA pelo CPC 09, percebe-se que diversas partes interessadas podem extrair informações úteis, por exemplo:

- (a) Pessoal e encargos: funcionários, potenciais funcionários e Seguridade Social.
- (b) Impostos, taxas e contribuições: governo federal, estadual e municipal.
- (c) Juros e aluguéis: credores e instituições financeiras.
- (d) Juros sobre capital próprio e dividendos: sócios e acionistas.
- (e) Lucros retidos ou prejuízo do exercício: público em geral interessado na capacidade financeira e operacional da empresa.

Para Tinoco (2001, p. 66):

Do ponto de vista dos agentes sociais, importa saber como o Valor Adicionado gerado pela empresa é repartido e quais são os segmentos beneficiários. Estes são: o pessoal, que aporta seu trabalho à empresa, recebendo em contrapartida salários e benefícios sociais; os acionistas, que ao integralizarem o capital da empresa recebem em troca uma remuneração repartível, o dividendo, e outra de caráter não repartível, as reservas, que aumentam o Patrimônio Líquido da entidade e, portanto, a avaliação da participação de cada um dos acionistas; o estado, via imposta de renda, e outros impostos diretos, indiretos e taxas e os financiadores, aqueles que aportam recursos à empresa a título de financiamento, sendo remunerados pelos juros.

Conforme apresentado por Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010, p. 584), as informações disponibilizadas na DVA são importantes para:

- (a) Analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- (b) Permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- (c) Auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- (d) Fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas e credores) e governo.

Conforme a Lei 11.638/07, a DVA deverá indicar, no mínimo (Art. 188, II):

O valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Conforme o CPC 09 as informações a serem divulgadas na DVA são como seguem:

- (a) Em sua primeira parte deve apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade. Os principais componentes da riqueza criada são receitas (vendas, outras vendas, valores reconhecidos a título de provisões para liquidação de créditos duvidosos, material, energia, serviços de terceiros, perda e recuperação de ativos, depreciação, amortização e exaustão) e Valor Adicionado recebido em transferência (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).
- (b) A segunda parte deve apresentar de forma detalhada como a riqueza gerada foi distribuída: despesa com pessoal (remuneração direta, benefícios, FGTS e INSS), impostos federais devidos à união, impostos estaduais devidos à fazenda, impostos municipais, juros (despesas financeiras pagas no decorrer do período), aluguéis, remuneração de capital próprio, juros sobre capital próprio, lucros retidos e prejuízos do exercício e demais quantias destinadas aos sócios em forma de JCP.

Numa visão mais abrangente de demonstrações contábeis para Sá (2005 p. 17-18):

Na vida prática grande é a utilidade das análises de balanços, principalmente para as finalidades de:

- (a) Concessão de créditos para se vender a prazo: serviços, mercadorias ou produtos;
- (b) Concessão de empréstimos;
- (c) Locação e arrendamento de bens;
- (d) Investimento em outras empresas;
- (e) Aplicação em títulos do mercado de capitais e bolsas de valores;
- (f) Previsões e estudos de probabilidade de situações patrimoniais
- (g) Controles indiciários para fins de auditoria;
- (h) Auditoria fiscal;
- (i) Controle de preços;
- (j) Aquisição de empresas;
- (k) Ampliação de linhas de produção, abertura de filiais e frentes de serviços;
- (l) Cisão, fusão, incorporação e liquidação de empresas;
- (m) Perícias judiciais;
- (n) Decisões administrativas de rotina;
- (o) Pesquisa científica;
- (p) Aferição de eficácia e eficiência;
- (q) Aferição de capacidade de fornecimento de serviços e produtos.

1.4.3 Modelos de DVA's Sugeridos para Empresas em Geral, Bancos e Seguradoras

No presente capítulo não se pretende discutir, criticar ou sugerir mudanças nos modelos sugeridos, mas sim, apresentar ao leitor a estrutura da DVA sugerida pela normatização. Após análise dos dados recolhidos, pode-se, na conclusão da pesquisa, sugerir melhorias no modelo geral para atender aos usuários.

Para Tinoco (2001, p. 68):

A elaboração da DVA não tem objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício, cuja função principal é informar como se forma o resultado líquido de determinado período. Na DVA, o objetivo principal é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações, ou seja, os *stakeholders*.

Martins (apud TINOCO, 2001, p. 69) apresentou o exemplo de uma comunidade elaborando sua própria DVA, utilizando de seus recursos próprios para gerar suas vendas:

Demonstração do resultado (DRE):

Vendas	R\$ 10.000
(-) Mão-de-obra	R\$ 5.000
(-) Juros	R\$ 2.000
=Lucros	R\$ 3.000

Assim, a DVA correspondente a essa DRE seria:

1- Geração do Valor Adicionado:

Vendas	R\$ 10.000
---------------	-------------------

2- Distribuição do Valor Adicionado:

Mão-de-obra	R\$ 5.000
Remuneração de capital de terceiros	R\$ 2.000
Remuneração de capital próprio	R\$ 3.000
Total adicionado	R\$ 10.000

Continuando o exemplo de Martins, considerou que outra comunidade comprava e reprocessava a produção da comunidade anterior:

1 - Demonstração do resultado (DRE):

Vendas	R\$ 25.000
(-) Materiais	R\$ 10.000
(-) Mão-de-obra	R\$ 5.000
(-) Juros	R\$ 3.000
(-) Impostos	R\$ 3.000
=Lucro	R\$ 4.000

Assim, a DVA correspondente a essa DRE seria:

1 - Geração do Valor Adicionado:

Vendas	R\$ 25.000
(-) Materiais	R\$ 10.000
=VAB (valor adicionado bruto)	R\$ 15.000

2 - Distribuição do Valor Adicionado:

Mão-de-obra	R\$ 5.000
Remuneração de capital de terceiros	R\$ 3.000
Governo	R\$ 3.000
Remuneração de capital próprio	R\$ 4.000
Total adicionado	R\$ 15.000

Conforme Tinoco (2001, p. 74), “a Demonstração do Valor Adicionado [...] é elaborada em duas partes: na primeira, é apresentada a geração do Valor Adicionado; na segunda, a distribuição do Valor Adicionado”.

Numa visão econômica, Kroetz (2000, p. 42) afirma que “o somatório do VA de cada entidade representa a quantificação do PIB produzido em determinada atividade, região etc., ou ainda é um instrumento real para preparação metodológica do PIB de um país, estado ou município”.

Kroetz (2000, p. 41) dá um exemplo de DVA publicada em 1997 da Companhia Carris Porto-Alegrense, na tabela 1.

Para orientar as empresas quando na elaboração e divulgação da DVA, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008 para as companhias de capital aberto e pela Resolução CFC 1.138/08 para os profissionais de contabilidade das entidades não sujeitas a alguma regulação contábil específica (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2010, p. 583).

Antes de apresentar o modelo de DVA proposto POR Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos, vale lembrar que a elaboração da DVA deve seguir alguns requisitos básicos propostos pelo CPC 09.

Tabela 1 - DVA apresentada por Kroetz

Geração de riqueza		X1	X2
(a)	Geração do Valor Adicionado	R\$ 37.096.446	R\$ 40.878.132
	Receita de serviço	R\$ 36.785.893	R\$ 40.529.305
	Receita não operacional	R\$ 310.553	R\$ 348.827
(b)	Custo dos insumos/serviços	R\$ 7.620.155	R\$ 8.451.659
	Materiais	R\$ 5.305.198	R\$ 5.126.976
	Serviços de terceiros/outros	R\$ 2.314.957	R\$ 3.324.683
(c)	Valor Adicionado bruto (a-b)	R\$ 29.476.291	R\$ 32.426.473
(d)	Depreciação	R\$ 3.201.595	R\$ 3.092.199
(e)	Receita financeira	R\$ 352.796	R\$ 615.123
(f)	Valor Adicionado a distribuir	R\$ 26.627.492	R\$ 29.949.397

Distribuição de riqueza		X1	X2
(a)	Remuneração do trabalho	R\$ 19.067.319	R\$ 20.249.629
	Salário e FGTS	R\$ 16.915.249	R\$ 17.824.354
	Benefícios	R\$ 2.152.070	R\$ 2.425.275
(b)	Remuneração do governo	R\$ 5.807.990	R\$ 6.788.135
	Impostos, taxas e contribuições	R\$ 1.785.518	R\$ 2.274.116
	Previdência e outros	R\$ 4.022.472	R\$ 4.514.019
(c)	Capital de terceiros (juros)	R\$ 661.743	R\$ 466.349
(d)	Acionistas (lucros retidos)	R\$ 1.090.440	R\$ 2.445.284
		R\$ 26.627.492	R\$ 29.949.397

Fonte: Kroetz (2000, p. 41)

Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010, p. 584) elenca esses requisitos da seguinte forma:

- (a) Ser elaborada como base no princípio contábil da competência.
- (b) Ser apresentada de forma comparativa (período atual e anterior).
- (c) Ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada.
- (d) Incluir participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do Valor Adicionado, no caso da divulgação da DVA consolidada.
- (e) Ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade.
- (f) Ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

Os modelos de DVA sugeridos pelo CPC 09 podem ser vistos nas tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2 - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

Descrição	20X1	20X0
1 – Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – Valor Adicionado Bruto (1-2)		
4 – Depreciação, amortização e exaustão		
5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)		
6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6) =8		
8 – Distribuição do Valor Adicionado (=7)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09.

**Tabela 3 - Demonstração do Valor Adicionado - Instituições Financeiras
Bancárias**

Descrição	20X1	20X0
1 – Receitas		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – Despesas de Intermediação Financeira		
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)		
5 – Depreciação, Amortização e Exaustão		
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)		
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 – Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7) = 9		
9 – Distribuição do Valor Adicionado (=8)		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09.

Tabela 4 - Demonstração do Valor Adicionado – Seguradoras (modelo sugerido pela Superintendência de Seguros Privados - Susep)

Descrição	20X1	20X0
1 – Receitas		
1.1) Receitas com operações de seguros		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – Variações das Provisões Técnicas		
2.1) Operações de seguros		
2.2) Operações de previdência		
3 – Receita Líquida Operacional (1+2)		
4 – Benefícios e Sinistros		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
5 – Insumos Adquiridos de Terceiros		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6 – Valor Adicionado Bruto (3-4-5)		
7 – Depreciação, Amortização e Exaustão		
8 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6-7)		
9 – Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
10 – Valor Adicionado Total a Distribuir (8+9) = 11		
11 – Distribuição do Valor Adicionado (=10)		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de Capitais Próprios		
11.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09.

Na DVA sugerida o total do item 11 deve ser igual ao item 10.

Na tabela 5, Santos (2007, p. 41) apresenta um modelo de DVA para empresas em geral.

**Tabela 5 - Modelo de Demonstração do Valor Adicionado Empresas em Geral
Apresentada por Santos (2007)**

Descrição	Legislação	Moeda
	Societária	Constante
1 – Receitas		
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Provisão para devedores duvidosos (reversão / constituição)		
1.3 Não operacionais		
2 – Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)		
2.1 Matéria-prima consumida		
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos		
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4 Perda / Recuperação de valores ativos		
3 – Valor Adicionado Bruto (1-2)		
4 - Retenções		
4.1 Depreciação, amortização e exaustão		
5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4)		
6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência		
6.1 Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)		
8 – Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Pessoal e encargos		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.3 Juros e aluguéis		
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos		
8.5 Lucros retidos / prejuízo do exercício		

Fonte: Santos (2007, p. 41)

1.4.4 Índices da DVA

As análises de balanços feitas por especialistas do mercado podem servir para avaliar quantitativa e qualitativamente a situação da empresa, é o caso da Análise do Balanço Patrimonial, por exemplo.

As informações contábeis precisam estar agrupadas e registradas conforme a natureza de cada transação de forma que seja possível a leitura e interpretação do demonstrativo contábil.

Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 100-102) apresentam o que se entende por distribuição de renda, na DVA, através de três vertentes: remuneração do trabalho, do capital e participação do governo.

(a) Remuneração do trabalho: um dos mais importantes elementos de distribuição de renda é a remuneração do trabalho, que compreende todas as despesas efetuadas pelos empregadores com seus empregados como contrapartida do trabalho realizado no período, abrangendo salários, encargos sociais e outras vantagens gratuitamente ofertadas sob a forma de bens e serviços.

(b) Remuneração do capital: os rendimentos da propriedade e da atividade empresarial, como é chamada a remuneração do capital segundo o IBGE, dividem-se em: juros, rendas da terra e de ativos intangíveis, dividendos e outros rendimentos distribuídos pela empresa e participação de empregados nos seus lucros atribuída por disposição estatutária, contratual ou por deliberação da assembléia.

(c) Participação do governo: os valores pagos ao governo pela empresa por meio de impostos, taxas e contribuições representam de alguma forma 'remuneração' do governo. O governo recebe a renda e a destina para a sociedade por meio da infraestrutura política, social e econômica que ele oferece.

Na literatura sobre DVA, pode-se notar que alguns autores já exploraram e apresentaram aos stakeholders os índices que podem ser observados na DVA para avaliação social de uma empresa e sua atuação no ambiente socioeconômico.

Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 132-133) apresentam indicadores de potencial para gerar riqueza na DVA: potencial do ativo para gerar riqueza (PAGR), potencial dos empregados para gerar riqueza (PEGR), potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza (PPLGR).

Seguindo as fórmulas apresentadas pelos autores, temos:

- (a) Potencial do ativo para gerar riqueza: em forma de índice, “mede quanto cada real investido no ativo contribui na geração do Valor Adicionado que será distribuído pela empresa.

$$\text{PAGR} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

- (b) Potencial dos empregados para gerar riqueza: “mostra quanto cada empregado contribui, em média, na geração da riqueza da empresa”.

$$\text{PEGR} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº médio de Empregados}}$$

- (c) Potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza: “na forma de índice, mensura quanto cada real investido de capital próprio contribui para a geração do Valor Adicionado que será distribuído pela empresa”.

$$\text{PPLGR} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{PL médio}} \times 100$$

Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009, p. 133-135) ainda apresentam indicadores de distribuição de riqueza na DVA, como seguem:

- (a) Participação do empregado no Valor Adicionado:

Evidencia o quanto de Valor Adicionado a empresa está destinando à sua força de trabalho. É importante destacar que esse índice pode sofrer influência direta

de variáveis como condição do mercado de trabalho, políticas de terceirização adotadas pela empresa e medidas governamentais.

$$PEVA = \frac{\text{Pessoal}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$$

- (b) Participação per capita dos empregados no Valor Adicionado: representa o Valor Adicionado que a empresa distribui individualmente aos seus empregados.

$$PEVA \text{ per capita} = \frac{\text{VA Distribuído aos Empregados}}{\text{Nº médio de Empregados}}$$

- (c) Participação do governo no Valor Adicionado: representa a distribuição por meio de pagamentos de tributos.

$$PGVA = \frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$$

- (d) Participação de terceiros no Valor Adicionado: representa a distribuição do Valor Adicionado aos parceiros da empresa “sob forma de juros e aluguéis e, também, de royalties, franquias e direitos autorais”.

$$PTVA = \frac{\text{Remuneração de Capital de Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$$

- (e) Participação dos capitais próprios no Valor Adicionado: “mostra o quanto da riqueza gerada pela empresa está sendo destinado aos acionistas em forma de dividendos e juros sobre os capitais próprios”.

$$PCPVA = \frac{\text{Remuneração de Capitais Próprios}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$$

- (f) Grau de retenção do Valor Adicionado: demonstra o quanto do Valor Adicionado não foi distribuído, permanecendo na empresa em forma de reservas etc.

$$\text{GRVA} = \frac{\text{Lucro retidos} / \text{Prejuízo do exercício}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$$

Marion (2012, p. 242-243) apresenta indicadores na DVA, sob a ótica, do Valor Adicionado no numerador e denominador:

- (a) Índice em que o Valor Adicionado figura no numerador:

1) Potencial do ativo em gerar riqueza: “esse índice mede quanto cada real investido no ativo gera de riqueza (Valor Adicionado) [...]”

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$$

Nota-se uma semelhança entre a fórmula proposta por Marion (2012) e a fórmula proposta por Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009) para cálculo do PAGR.

$$\text{PAGR} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo total}} \times 100$$

2) Retenção da receita: “esse percentual mostra quanto fica dentro da empresa [...]”

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$$

3) Valor Adicionado per capita: demonstra quanto cada funcionário participou para formação da riqueza.

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários (média)}}$$

O conceito e fórmula proposta por Marion (2012) representam o mesmo índice também proposto por Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009) para cálculo do PEVA.

$$\text{PEVA per capita} = \frac{\text{VA Distribuído aos Empregados}}{\text{Nº médio de Empregados}}$$

(b) Índice em que o Valor Adicionado figura no denominador: Marion (2012, p. 243) apresenta diversos índices onde o Valor Adicionado está no denominador da equação, fazendo com que, quanto maior for o Valor Adicionado (VA) em relação ao numerador, maior o índice calculado.

$$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Juros}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Lucro Reinvestido}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Para Santos (2007, p. 222):

A utilização dos quocientes tem como principal mérito a possibilidade de comparar as informações da entidade ou grupo de entidades com, por exemplo, padrões estabelecidos. Outra informação importante desse tipo de metodologia é a obtenção de indicação de ocorrências do passado que podem ser grandes balizadoras para fazer previsões de tendências para o futuro.

Assim, Santos (2007, p. 222-230), apresenta os seguintes índices:

- (a) Valor Adicionado como medida de produtividade: “esse quociente mostra-nos quanto cada funcionário, em média, produziu de riqueza para a empresa [...]”

$$\text{Produtividade da mão-de-obra} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários}}$$

- (b) Quociente entre mão-de-obra e Valor Adicionado ou vice-versa: pode-se utilizar o quociente entre mão-de-obra e Valor Adicionado como “forma de calcular a produtividade da mão-de-obra de uma empresa [...]”

$$\text{Quociente I} = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\text{Quociente II} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Gastos com Pessoal}}$$

- (c) Quociente entre Valor Adicionado e faturamento, indica: “quanto de cada unidade monetária vendida transformou-se em riqueza criada pela empresa [...] esse quociente será maior ou menor, dependendo do grau de verticalização ou horizontalização em que a empresa esteja integrada”.

- (d) Quociente entre Valor Adicionado e ativo total: Representa o volume de capitais aplicados na obtenção das riquezas geradas pelas empresas [...] o

ativo a ser utilizado nesse cálculo deverá ser somente aquele que foi utilizado na formação do Valor Adicionado. Em outras palavras, devem-se eliminar valores de ativos em construção ou investimentos em outras sociedades.

- (e) Quociente entre a remuneração do capital e o financiamento do ativo total: esse quociente apresenta a forma como as remunerações pagas aos financiadores de capitais da empresa estão distribuídas.
- (f) Quociente entre gastos com pesquisas e desenvolvimento e Valor Adicionado: “visa medir quanto a empresa está destinando da riqueza que cria para o aumento de sua capacidade de inovação”.
- (g) Quociente entre o Valor Adicionado do ano e do ano anterior: “quando se compara o Valor Adicionado de um ano com o do ano anterior, o resultado reflete o acréscimo ou decréscimo da atividade da empresa na produção e distribuição de riquezas”.
- (h) Quociente entre gastos com impostos e Valor Adicionado: como no cálculo do quociente anterior, esse quociente mostra quanto da riqueza criada pela empresa está sendo endereçado ao governo, sob forma de pagamentos de tributos.
- (i) Quociente entre gastos com juros e aluguéis e Valor Adicionado: o resultado desse quociente mostra quanto da riqueza criada pela empresa foi destinada à remuneração de terceiros, juros e aluguéis.
- (j) Quociente de lucros retidos e dividendos e Valor Adicionado: como no quociente apresentado na letra “i”, o resultado desse quociente mostra quanto da riqueza criada pela empresa foi destinada à remuneração de sócios e acionistas.

Iudícibus (2007, p. 231-232) apresenta que, com a DVA e mais algumas informações suplementares, tais como, total de ativo e total de números de funcionários é possível fazer as seguintes análises:

- (a) Potencial do ativo em gerar riqueza: “este índice mede quanto que cada real investido no ativo gera de riqueza, a ser transferido para vários setores que se relacionam com a companhia”, apresentada pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$$

- (b) Retenção da receita: “este índice mostra quanto fica dentro da empresa da riqueza por ela gerada em benefício dos funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido”.

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$$

- (c) Valor Adicionado per capita: “este índice mostra com quanto cada funcionário contribuiu para a geração de riqueza da companhia, podemos até dizer que é um indicador de produtividade”.

$$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº médio de funcionários}}$$

- (d) Índices de distribuição de riqueza gerada:

$$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Juros}}{\text{Valor Adicionado}}$$

$$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$$
$$\frac{\text{Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$$
$$\frac{\text{Lucro Reinvestido}}{\text{Valor Adicionado}}$$

Uma vez demonstrada todas as opiniões dos autores acerca dos índices existentes na DVA, apresenta-se na tabela 6 o comparativo desses índices e suas similaridades:

Tabela 6 - Comparativo de índices divulgados da DVA e os respectivos autores

Índice da DVA Autores	Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009)	Marion (2012)	Santos (2007)	Iudícibus (2007)
Potencial do ativo para gerar riqueza	$PAGR = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo total}} \times 100$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$
Potencial dos empregados para gerar riqueza	$PEGR = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº médio de Empregados}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários (média)}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº médio de funcionários}}$
Potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza	$PPLGR = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{PL médio}} \times 100$	-	-	-
Participação do empregado no valor adicionado	$PEVA = \frac{\text{Pessoal}}{\text{Valor adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}}$
Participação per capita dos empregados no valor adicionado	$PEVA \text{ per capita} = \frac{\text{VA Dist. aos Empreg.}}{\text{Nº médio de Empregados}}$	-	-	-
Participação do governo no valor adicionado	$PGVA = \frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Gastos com Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$
Participação de terceiros no valor adicionado	$PTVA = \frac{\text{Remun. de Cap. de Terc.}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Juros}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Gastos com Juros e Aluguéis}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Juros}}{\text{Valor Adicionado}}$
Participação dos capitais próprios no valor adicionado	$PCPVA = \frac{\text{Remu. de Cap. Próprios}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Lucros Retidos + Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$	$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$
Grau de retenção do valor adicionado	$GRVA = \frac{\text{Lucro ret. / Prej. do exerc.}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Lucro Reinvestido}}{\text{Valor Adicionado}}$	-	$\frac{\text{Lucro Reinvestido}}{\text{Valor Adicionado}}$
Retenção da receita	-	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Faturamento}}$	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$
Produtividade da mão-de-obra	-	-	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Gastos com Pessoal}}$	-
Distribuição da remuneração paga aos financiadores de capital	-	-	$\frac{\text{Remuneração de Capital}}{\text{Ativo Total}}$	-
Montante destinado para capacidade de inovação	-	-	$\frac{\text{Gastos com Pesq. e Desenv.}}{\text{Valor Adicionado}}$	-
Acréscimo ou decréscimo de distribuição de riquezas	-	-	$\frac{\text{Valor Adicionado Corrente}}{\text{Valor Adicionado Anterior}}$	-

Fonte: elaborado pelo autor

1.5 Valor Adicionado Econômico e Valor Adicionado Contábil

Existe um aspecto que pode ser considerado quando se fala de Valor Adicionado. Valor Adicionado, basicamente tem o mesmo conceito, mas pode representar formas de cálculos diferentes se compararmos as ciências econômicas e as ciências contábeis.

Em alguns aspectos a ciência contábil apresenta conflitos com outras ciências, tal como, a ciência econômica.

Nesse capítulo é exposto o que os autores falam das diferenças de conceito e cálculo entre Valor Adicionado econômico e contábil.

1.5.1 Valor Adicionado Econômico para Cálculo do PIB

As nações utilizam a métrica do PIB (produto interno bruto) para avaliar o crescimento ou decréscimo da economia do país.

É a forma que se encontrou para apurar a produção e a renda que um país sozinho consegue produzir.

Segundo Rossetti (2003, p. 542) “o Valor Adicionado (ou de produto) está diretamente relacionado ao segundo conceito macroeconômico básico: o de renda nacional [...]”.

Renda nacional compreende o montante que uma nação consegue arrecadar em decorrência da produção nacional menos os gastos necessários para a respectiva produção.

No cálculo da renda nacional é considerado o Valor Adicionado (ou agregado) que uma economia produz num período, geralmente, um ano.

Para Rossetti (2003, p. 544) “Valor Adicionado e remunerações pagas aos fatores de produção são expressões equivalentes” na economia.

Os fatores de produção (trabalho e capital) são os valores gastos e pagos a terceiros em forma de salários, aluguéis, lucros e juros (DE LUCA, 1998, p. 53).

Uma das problemáticas encontradas no cálculo do PIB, considerando que o Valor Adicionado é representado pelo total de produção, é a contagem em duplicidade no cálculo do Valor Adicionado.

Para Passos e Nogami (2003, p. 376) o produto interno bruto “refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país [...] exclui as transações intermediárias, isto é, ele é medido a preços de mercado”.

De Luca (1998, p. 28) ainda afirma que “o conceito de Valor Adicionado (ou valor agregado) é utilizado na macroeconomia para avaliação do chamado Produto Nacional”.

Produto nacional ou renda nacional, “são os produtos gerados pelos recursos de propriedade de uma nação, os fluxos de rendas por ela apropriados e os dispêndios que ela realiza, independentemente das bases territoriais onde ocorram” (ROSSETTI, 2003, p. 563).

O conceito de Valor Adicionado pela produção pode levar a algumas análises e cálculos indevidos se não avaliar a exclusão da contagem de produção em duplicidade. Por exemplo, quando a empresa A vende parte de sua produção para a empresa B produzir um segundo produto, os itens produzidos em A que são levados no cálculo do valor agregado vão ser novamente considerados quando a empresa B entregar sua produção. Dessa operação, decorre a contagem múltipla, ou seja, um item que já foi contado para cálculo do valor agregado é contado novamente, no final da cadeia produtiva.

Como afirma De Luca (1998, p. 28) “expressão ‘bens e serviços finais produzidos’ mostra um dos principais problemas na formação do produto nacional: a contagem múltipla”.

Para Dornbusch, Fischer e Startz (2003, p. 27):

O PIB é o valor dos bens e serviços finais produzidos. A insistência nos bens e serviços finais é simplesmente para assegurar que não faremos dupla contagem. Por exemplo, não vamos querer incluir o preço todo de um automóvel no PIB e depois também incluir o valor dos pneus que foram vendidos para os fabricantes de carros para ser utilizado no carro. Os componentes do carro que são vendidos para os fabricantes são denominados bens intermediários [...] Na prática, a dupla contagem é evitada trabalhando-se com o valor agregado. A cada etapa de fabricação de um bem, só se conta o valor agregado ao bem em tal etapa como parte do PIB [...]

Assim, para evitar a contagem de produção em duplicidade, no cálculo do Valor Adicionado, na economia, Dornbusch, Fischer e Startz (2003, p. 27) “afirmam que a soma do valor agregado de cada etapa do processamento é igual ao valor final” (do produto vendido).

O conceito de Valor Adicionado na economia e na contabilidade é igual (DE LUCA, 1998, p. 32).

1.5.2 Racional para Cálculo do Valor Adicionado Econômico e Contábil

O racional para calcular o Valor Adicionado de uma empresa, tanto na economia quanto na contabilidade, leva em consideração a eliminação da contagem em duplicidade, vista no capítulo anterior.

Quando uma empresa fornece produtos para outra empresa, a contabilidade e a economia tomaram o cuidado de considerar apenas o Valor Adicionado em cada

etapa do processo de produção para não “acumular” Valor Adicionado ou contá-lo em duplicidade na cadeia de produção.

A problemática no cálculo do Valor Adicionado em ambas as ciências é o “fato gerador” para calcular o Valor Adicionado. Para De Luca (1998, p. 37) “na ciência econômica, o conceito de Valor Adicionado é obtido em função da produção. Na ciência contábil, em geral, utiliza-se o conceito das vendas para obter-se o Valor Adicionado (riqueza criada) da empresa”.

Para a economia o Valor Adicionado representa o quanto a sociedade (empresa ou nação) produziu, enquanto para a contabilidade, o Valor Adicionado representa o quanto a sociedade produziu e vendeu (consumiu), ou seja, é a diferença entre o valor de venda e o valor de custo total de produção que resulta o Valor Adicionado contábil. Por exemplo: se uma empresa gastou o total de R\$10.000,00 para fabricar bicicletas num período, mas não conseguiu realizar venda de nenhuma bicicleta, para a economia houve o Valor Adicionado de R\$10.000,00, mas se essa empresa não realizou venda de nenhuma bicicleta, para a contabilidade, o valor da venda é igual a zero, portanto, não houve Valor Adicionado, porque não há receita gerada ou como calcular a diferença entre a venda e o respectivo custo da venda.

Percebe-se que para a economia a produção de um determinado bem, independente de ter ocorrido a venda, já atende ao critério para formação do Valor Adicionado (agregado). O fator para determinar a criação de Valor Adicionado (agregado) é a produção final, como já mencionado por De Luca (1998, p. 37), anteriormente.

Nesse sentido, De Luca (1998, p. 29) afirma que “produtos finais são aqueles que são produzidos e/ou comprados, mas não são revendidos ou consumidos, durante o período contábil corrente, ou seja, fazem parte dos bens e serviços finais produzidos no período”.

De Luca (1998, p. 64) ainda continua:

Este é talvez um dos elementos mais importantes para a conciliação entre o Valor Adicionado calculado pela empresa e o Valor Adicionado calculado pelo IBGE. Vimos que o valor das vendas é a base de mensuração do Valor Adicionado das empresas e para fins de cálculo do PIB o IBGE utiliza o conceito de valor da produção.

O Valor Adicionado na economia e na contabilidade tem o mesmo conceito, mas a forma de chegar-se ao Valor Adicionado assume cálculo diferente nessas duas ciências.

2 GÊNESE DO ESTUDO

Para Silva (2006, p. 23) “o que tem se percebido é que muitas descobertas científicas é sua gênese acontecer das preocupações práticas da vida cotidiana”.

A gênese do estudo deu-se nas observações do pesquisador. A inquietação que leva ao motivo da pesquisa decorre da observação do comportamento dos fenômenos, nesse caso, a não elaboração e divulgação da DVA pelas empresas de grande porte, independente de ser capital aberto ou de capital fechado.

Para encontrar respostas para as preocupações práticas, em uma pesquisa científica, o pesquisador precisa determinar o assunto, tema e problema que requeira investigação e, por fim, buscar informações suficientes para chegar a uma conclusão. As fontes pesquisadas podem ser diversas, conforme necessidade do pesquisador: livros, revistas técnicas, periódicos, dissertações, internet, observação direta do fenômeno etc.

Apesar de conseguir juntar o maior número possível de material a respeito do assunto pesquisado, o cuidado que o investigador deve ter ao realizar uma pesquisa científica é o de apresentar os dados e resultados coletados, de modo que permita, ao leitor, seguir os caminhos da investigação por si só. É importante também manter o roteiro da pesquisa de forma ordenada, em sequência lógica, no desenvolvimento do trabalho e o material deve estar diretamente ligado ao assunto pesquisado (MARTINS, 1991, p. 5).

“Os fundamentos básicos de uma pesquisa científica são realizados por muitas pessoas nas rotinas diárias, sem saber que estão seguindo um procedimento científico, como afirma Richardson (2011, p. 23)”.

Assim, da evidenciação extraída da Lei 11.638/07, que obriga a divulgação da DVA por empresas de capital aberto, bem como revisões do que se tem visto acerca do assunto em obras publicadas, surge a curiosidade do pesquisador em buscar respostas quanto a utilidade da DVA no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.1 Estudo de Caso: Definição e Etapas

Para Yin (2010, p. 31) desenvolver uma questão problema “como” ou “por que” seria a justificativa para um estudo de caso a ser conduzido. Dessa forma, a questão problema do trabalho é: por que o usuário das Demonstrações Contábeis perde em informação quando uma empresa não elabora e publica a DVA como previsto pelo CPC 09?

Pesquisas históricas ou experimentais buscam responder questões de problema dessa natureza, mas ambas possuem características que as diferenciam entre si.

As pesquisas históricas baseiam-se em estudos de fatos ocorridos onde se utiliza métodos descritivos e analíticos. Nos estudos históricos, geralmente, o pesquisador tende a preservar o registro de eventos e acontecimentos passados. Emprega-se o método histórico-descritivo para identificar experiências passadas, um evento ou tendência que providencia respostas à uma questão em particular. Existem estudos históricos onde o pesquisador busca fatos que podem providenciar mais compreensão de eventos passados para explicar o atual estado do fenômeno que é pesquisado.

As pesquisas experimentais são os estudos que envolvem qualquer tipo de experimento com a manipulação dos dados para tentar estabelecer uma relação de causa-efeito nas variáveis que estão sob investigação. Daí, à pesquisa experimental, não pode ser aplicada técnicas estatísticas, mas sim, estudo de lógica.

O estudo de caso, por sua vez, é o tipo de pesquisa que estuda em profundidade um caso (fenômeno ou situação) para então obter entendimento sobre outros casos similares. Pode-se dizer que no estudo de caso descritivo, procura-se detalhar um fenômeno para compreensão e não há tentativa de testar ou construir teorias. O resultado de uma pesquisa feita por estudo de caso pode servir como base de dados para pesquisas subseqüentes e para construção de novas teorias. Assim, o estudo de caso pode se dividir em duas dimensões:

(a) Interpretativo: utiliza-se a descrição, mas o principal objetivo é interpretar os dados estudados numa tentativa de classificação ou contextualização da informação ou até mesmo teorizar um fenômeno.

(b) Avaliativo: utiliza-se tanto a descrição quanto a interpretação, mas o principal objetivo é a utilização de dados para avaliar práticas, eventos etc.

Na tabela 7 abaixo Yin (2005, p. 24 apud Belo, 2009, p. 82) tem-se o resumo destas e outras estratégias de pesquisas:

Tabela 7 - Resumo das estratégias de pesquisas

Estratégia	Forma de questão de pesquisa	Focaliza acontecimentos contemporâneos	Exige controle sobre eventos comportamentais
Experimento	Como, por que	sim	sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos, quanto	sim	não
Análise de arquivos	Quem, o que, onde, quantos, quanto	sim/não	não
Pesquisa histórica	Como, por que	não	não
Estudo de caso	Como, por que	sim	não

Fonte: Belo, 2009, p. 82.

2.1.1 Definição de Estudo de Caso Múltiplo

Conforme afirma Yin (2010, p. 32), “[...] a pesquisa do estudo de caso inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos [...] os estudos de caso único e de casos múltiplos são na realidade apenas duas variantes dos projetos de estudo de caso”.

Quando o pesquisador opta por estudos de casos múltiplos, Yin (2010 apud DUARTE, 2008, p. 117) afirma que este tipo de estudo ajuda e reforça os achados de todo o estudo, porque os casos múltiplos podem ser selecionados como

replicação de cada caso, como comparação contrastante ou variação com base em proposições.

A pesquisa será fundamentada sobre uma amostragem de vinte empresas e análise de DVA publicadas em 2013.

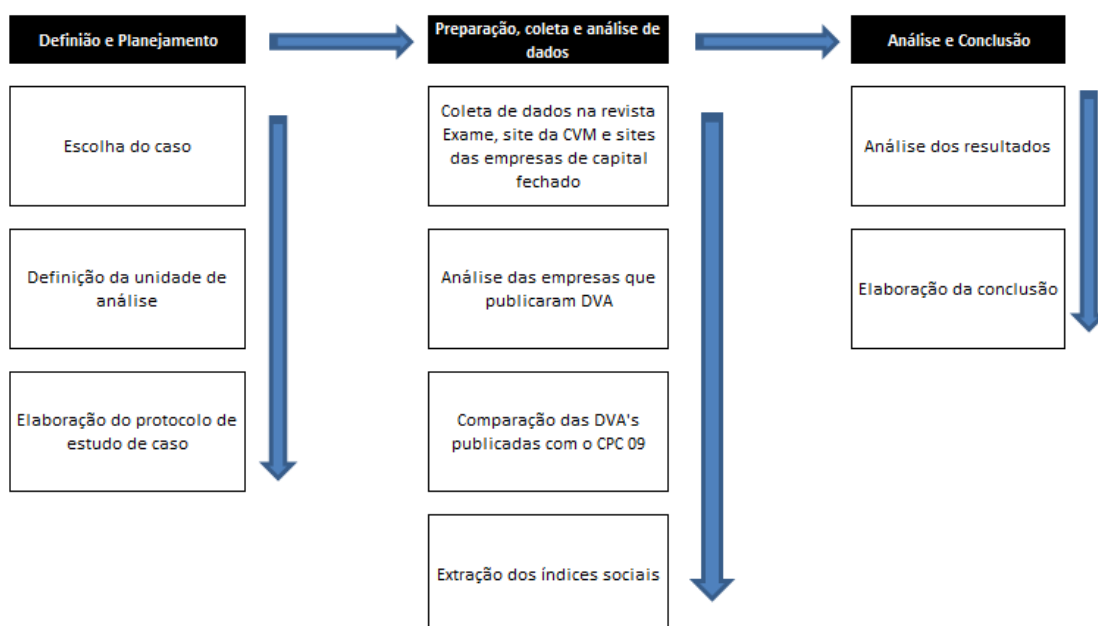
2.1.2 Etapas do Estudo de Caso Múltiplo

Conforme afirma Yin (2010), os estudos de casos podem ser executados se observados três etapas:

- (a) Definição e planejamento
- (b) Preparação, coleta e análise de dados
- (c) Análise das informações e conclusões

A figura 1 demonstra cada etapa adotada para o presente estudo:

Figura 1 - Etapas adotadas no estudo de casos múltiplo



Fonte: elaborado pelo autor

2.2 Protocolo de Estudo de Caso

O protocolo de estudo de caso aplicado para o presente estudo apresenta:

- (a) Visão geral do projeto do estudo de caso.
- (b) Procedimentos de coleta de dados.

2.3 Aplicação do Estudo de Caso

O estudo de caso foi desenvolvido para as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 no Brasil para formação do PIB. As empresas foram classificadas em: capital aberto e capital fechado.

As empresas de capital aberto são as empresas que estão obrigadas a elaborar e divulgarem a DVA ao público e possuem papéis na BOVESPA.

As empresas de capital fechado não estão sujeitas à disposição da Lei 11.638/07 para divulgação da DVA e não possuem papéis em negociação na BOVESPA.

2.4 As Unidades de Análises

Neste capítulo são apresentados os limites da pesquisa a serem seguidos para realização do trabalho, evitando entendimento dúbio na conclusão. Assim, o resultado da presente pesquisa não pode ser confrontado com outros modelos e resultados não previstos no universo ou amostra analisada.

As unidades de análises representam a definição dos casos a serem estudados na pesquisa.

Para Yin (2010, p. 51) “a seleção da unidade de análise apropriada é uma consequência quando você especifica exatamente suas questões de pesquisas primárias”.

Num conceito paralelo, Richardson (2011, p. 66) menciona que se deve especificar o universo e amostra seguindo os seguintes critérios: “especificar a área de execução da pesquisa; especificar a população da pesquisa; explicar o tipo de amostra e a determinação de seu tamanho e explicar a forma de seleção dos sujeitos da pesquisa”.

Para Yin (2010, p. 51), “as unidades de análises podem ser definidas de uma forma mesmo que o fenômeno estudado tenha outra definição”.

Antes de efetuar a pesquisa, é de conhecimento que as empresas que são obrigadas a divulgar a DVA são empresas S.A de capital aberto, como determina a legislação brasileira, Lei 11.638/07. Assim, poderia ter sido escolhido como amostragem apenas empresas S.A de capital aberto para o estudo de caso, porque delas seria certo que todas divulgam a DVA, mas se isso fosse feito, a proposição de que as empresas que elaboram e divulgam a DVA o fazem por força de lei e não por espontaneidade ficaria impossibilitada de ser verificada.

Conforme afirma Richardson (2011, p. 157) a amostragem se faz necessária quando analisar 100% do universo ou da população pode não ser viável, porque o tempo gasto pode distorcer a análise dos dados ou ser custoso para a pesquisa.

Para fins desse trabalho, a amostra estudada é não aleatória. A limitação do estudo pode ser significativa para a pesquisa, uma vez que não é possível extrapolar os achados para a população.

A amostra foi extraída do banco de dados da Revista Melhores e Maiores Exame, edição 2013.

A publicação do ano de 2013 foi selecionada por ser a mais recente e atual, em termos de informação de mercado e atualização com as normas contábeis que as empresas estão sujeitas.

Foram selecionadas as vinte empresas que aparecem no *ranking* da Revista Melhores e Maiores Exame que mais criaram riquezas para formação do PIB em 2012 no Brasil para evidenciar as proposições. São excludentes da análise, instituições financeiras e seguradoras, caso apareçam no *ranking*.

Nesse caso, foi necessário ordenar ou agrupar a amostra de acordo com suas características: empresas de capital aberto e fechado.

A amostra, no entanto, foi selecionada levando em consideração característica intencional do pesquisador. Foram escolhidas as empresas que mais criaram riquezas porque a DVA apresenta ao usuário como se dá a formação e distribuição de riqueza de uma determinada empresa.

Para Richardson (2011, p. 161) “é normal que os elementos definidos para se chegar a amostra se relacionam intencionalmente pelo pesquisador”.

Neste contexto, a amostra não é probabilística. O que pode ser inferido ao final da pesquisa é, se todas as empresas elaborassem e publicassem a DVA, no modelo proposto, o resultado da pesquisa poderia ser aplicado a qualquer tipo de empresa, exceto às instituições financeiras e seguradoras que não são escopo da pesquisa por possuir um modelo próprio de Demonstração do Valor Adicionado.

2.5 Análise Descritiva

A seguir está a caracterização da pesquisa para que fosse possível ao pesquisador chegar ao objetivo proposto.

Conforme Richardson (2011, p. 66) a especificação da pesquisa deve descrever o plano utilizado:

- (a) Exploratório;
- (b) Descritivo; e
- (c) Explicativo

Para Richardson (2011, p. 146), num estudo descritivo, “frequentemente, as enquetes são realizadas com o propósito de fazer afirmações para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características ou atributos”.

A pesquisa do presente estudo, portanto, é descritiva, por tentar descrever as características e extrair os índices das DVA's.

A natureza dessa pesquisa é bibliográfica, devido a utilização de teses, dissertações, artigos, livros, jornais e sites para desenvolver e chegar aos objetivos propostos nesse trabalho.

Apesar de empregar números e fórmulas para estudar o fenômeno, a abordagem da pesquisa é qualitativa porque “justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1985, p. 38).

2.6 A Lógica que une os Dados às Proposições

Yin (2010, p. 56) afirma que existem técnicas analíticas que representam uma maneira de vincular os dados às proposições:

- (a) Combinação de padrão;
- (b) Construção de explanação;
- (c) Análise de séries temporais;
- (d) Modelos lógicos; e

(e) Síntese de casos cruzados.

Pela característica da pesquisa, a técnica empregada para evidenciar as proposições é a da síntese de casos cruzados. Esta técnica “[...] aplica-se, especificamente, á análise dos casos múltiplos [...] a técnica é especialmente relevante se [...] um estudo de caso consistir em ao menos dois casos” (YIN, 2010, p. 184).

2.6.1 Os Critérios para Interpretar as Constatações

“Muitos estudos de caso podem não contar com uso de estatística para interpretar seus achados, assim, uma das alternativas é identificar e abordar as explicações rivais (YIN, 2010, p. 57)”.

Para fins desse estudo adotaram-se a seguir como explicações rivais:

- (a) Para obter os índices estudados neste trabalho a DVA das indústrias deve obedecer criteriosamente o modelo geral de DVA proposto pelo CPC 09 (não serão objetos dessa pesquisa Bancos e Seguradoras caso apareçam no ranking por ter um modelo próprio de DVA).
- (b) Outros relatórios contábeis podem ser utilizados para cálculo dos índices, se a DVA, não revelar todos dados necessários.

2.6.2 Coleta de Dados

A coleta de dados se dará em todas as etapas do trabalho e serão recolhidas à medida que surgir necessidade de embasamento teórico.

Para atingir os objetivos propostos fez-se necessária a realização de pesquisas bibliográficas (livros, artigos, sites, revistas etc.) e documental (Demonstrações Financeiras publicadas).

Para chegar ao grupo de índices pesquisados no trabalho, foram reunidas obras existentes e publicadas pelos autores Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira, Marion, Santos e Iudícibus, utilizados no referencial teórico. Esses autores não foram selecionados de forma intencional, mas foram observados durante os achados na fase de pesquisa bibliográfica.

Os dados e DVA's das empresas de capital aberto foram obtidos diretamente no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), enquanto para as empresas de capital fechado, foram obtidos diretamente nos sites das próprias empresas.

2.6.3 Tratamento de Dados

Os índices publicados pelos autores citados no referencial teórico foram agrupados e formou-se um conjunto de indicadores que pudesse ser analisado e, assim, servir como modelo para interpretação das informações divulgadas na DVA.

Os índices juntados durante a pesquisa servem como ponto de partida para início da interpretação de dados da DVA.

Após realizar a coleta de dados necessários para a pesquisa e compreender a opinião dos autores com relação aos modelos e os índices da DVA's, deram-se os seguintes tratamentos aos dados coletados:

- (a) Analisou a formação jurídica das empresas (capital aberto ou fechado) listadas no *ranking* da Revisa Melhores e Maiores Exame, edição 2013, para evidenciar se a divulgação se deu por obrigatoriedade ou espontaneidade.

- (b) Compararam-se os dados das DVA divulgadas com o modelo geral de DVA para evidenciar se a divulgação deu-se da forma prevista no CPC 09 (são excludentes dessa pesquisa Bancos e Seguradoras, por terem um modelo de DVA específico no CPC 09).
- (c) Aplicaram-se os índices encontrados nesta pesquisa às DVA para evidenciar a extração dos índices estudados com base nas informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

2.6.4 Limitação no Recolhimento de Dados

A presente pesquisa tem limitações no que tange às referências bibliográficas, pois os materiais disponíveis sobre o assunto não são comuns nos livros de contabilidade, assim, para complementar a pesquisa, utilizaram-se artigos e sites.

Outro fato que também limita a coleta dos dados são os índices propostos pelos autores. Os índices propostos não formam um modelo amplamente conhecido como é o caso dos índices para análise de balanço. Dessa forma, a falta desse modelo ocasiona a falta de informações por parte das empresas a respeito dos índices contidos na DVA.

Dado o exposto, a pesquisa fica limitada ao universo das empresas testadas na pesquisa e ao conjunto de índices publicados e achados neste trabalho.

O trabalho apresentado não pretende, de forma nenhuma, exaurir o tratamento dado ao assunto.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo são apresentados e discutidos os resultados para a amostra selecionada.

As proposições apresentadas no trabalho foram confrontadas e evidenciadas com base nas informações obtidas e disponibilizadas no site da CVM ou das empresas pesquisadas e, por fim, a comparação entre os achados desta pesquisa e as conclusões.

A Revista Melhores e Maiores Exame, edição 2013, publicou um estudo com as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012.

O levantamento das maiores riquezas criadas representa a contribuição da empresa para a formação do produto interno bruto do país, já deduzidas da depreciação.

Visto que a DVA apresenta aos usuários a formação e distribuição de riqueza numa determinada empresa, para fins de pesquisa foi adotado como critério o *ranking* da Revista Melhores e Maiores Exame com as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012.

Foram analisadas as indústrias que aparecem no *ranking* do banco de dados da Revista Exame porque o objeto de análise dessa pesquisa é o modelo geral de DVA sugerido pelo CPC 09, ou seja, aplicáveis a indústrias e empresas em geral, uma vez que existe modelo de DVA próprio para bancos e seguradoras.

As vinte maiores indústrias divulgadas na Revista Melhores e Maiores Exame, edição 2013, que mais criaram riquezas no exercício de 2012, estão apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 8 - As vinte maiores empresas que mais criaram riqueza

#	Empresa	Riqueza em US\$ milhões
1	Petrobras	\$69.497
2	Vale	\$13.852
3	Vivo	\$9.138
4	BR Distribuidora	\$8.995
5	Ambev	\$6.345
6	Souza Cruz	\$5.810
7	E.C.T (Correios)	\$5.152
8	Telefônica	\$3.522
9	Cemig Distribuição	\$3.109
10	Sabesp	\$2.901
11	AES Eletropaulo	\$2.882
12	Construtora Odebrecht	\$2.824
13	Light Sesa	\$2.469
14	Copel	\$2.310
15	JBS	\$2.249
16	TAG (Transp. Assoc. de Gás)	\$2.248
17	Votorantim Cimentos	\$2.159
18	Cemig GT	\$2.076
19	Transpetro	\$2.031
20	Pão de Açúcar	\$1.998

FONTE: Revista Melhores e Maiores Exame, 2013, p. 368.

3.1 Análise das Proposições

A seguir apresentam-se os achados para cada proposição desta pesquisa e as conclusões.

3.1.1 Proposição P1

A proposição P1 diz que as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 elaboram e divulgam a DVA por força de lei e não por espontaneidade, assim, para análise dessa proposição as empresas foram classificadas entre:

- (a) Capital aberto: que são obrigadas a divulgar conforme Lei 11.638/07; e
 (b) Capital fechado: que não estão sujeitas à divulgação pela legislação.

A classificação das empresas, entre capital aberto e fechado, deu-se com base na própria informação divulgada pela Revista Exame ou no site da CVM.

Para evidenciar a proposição P1, para as empresas de capital aberto, buscaram-se no banco de dados da CVM as DVA no relatório individual das empresas listadas na BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) e para as empresas de capital fechado buscaram-se nos sites das empresas as Demonstrações Financeiras e verificou-se a divulgação da DVA. O resultado das empresas que publicaram ou não a DVA está demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 - Resultado das empresas que divulgaram a DVA

#	Empresas	Negócio em Bolsa?	Divulga DVA?
1	Petrobras	✓	Sim
2	Vale	✓	Sim
3	Vivo	✗	☐
4	BR Distribuidora	✗	☐
5	Ambev	✓	Sim
6	Souza Cruz	✓	Sim
7	E.C.T (Correios)	✗	Sim
8	Telefônica	✓	Sim
9	Cemig Distribuição	✓	Sim
10	Sabesp	✓	Sim
11	AES Eletropaulo	✓	Sim
12	Construtora Odebrecht	✗	Sim
13	Light Sesa	✓	Sim
14	Copel	✓	Sim
15	JBS	✓	Sim
16	TAG (Transp. Assoc. de Gás)	✗	☐
17	Votorantim Cimentos	✗	☐
18	Cemig GT	✓	Sim
19	Transpetro	✗	☐
20	Pão de Açúcar	✓	Sim

✓ Possui negócio em bolsa conforme classificação da Revista Exame ou CVM

✗ Não possui negócio em bolsa conforme classificação da Revista Exame ou CVM

☐ Não divulga DVA individual

Fonte: elaborado pelo autor

Resumindo a tabela 9, tem-se o resumo das vinte maiores empresas na tabela 10:

Tabela 10 - Resumo das vinte maiores empresas

Classificação	Número de Empresas
Capital Aberto	13
Sim	13 65%
Capital fechado	7
Não	5 25%
Sim	2 10%
Total	20

Fonte: elaborado pelo autor

Do total das vinte empresas que mais criaram riquezas em 2012, 65% correspondem a empresas de capital aberto e 35% correspondem a empresas de capital fechado.

Das companhias de capital aberto, num total de treze empresas, todas são obrigadas a divulgar a DVA no conjunto das Demonstrações Financeiras pela Lei 11.638/07 e divulgaram no ano de 2012, ou seja, 100%.

Das sete companhias de capital fechado, cinco não divulgaram a DVA no conjunto das Demonstrações financeiras individuais no ano de 2012.

Dessa forma, as companhias de capital aberto, com registro na CVM, têm obrigatoriedade de elaborar e divulgar a DVA pela Lei 11.638/07. As companhias de capital fechado não seguem a Lei 11.638/07 no que diz respeito a obrigatoriedade de divulgar a DVA, entretanto, duas, das sete empresas, o fizeram e divulgaram, o que corresponde a 10% das empresas que não estão obrigadas. As empresas que divulgaram são: E.C.T e Construtora Odebrecht.

Não se pode estender o resultado de 10% obtido dessa análise para a população de empresas da Revista Melhores e Maiores Exame porque a amostra é não estatística.

O que pôde ser observado nas duas empresas, que divulgaram a DVA sem serem obrigadas, é que uma delas é de controle estatal e a outra privada. A razão pela divulgação pode ser assunto a ser tratado em outra pesquisa e não faz parte do escopo desse trabalho.

Assim, a proposição P1 que as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 que elaboraram e divulgaram a DVA o fazem por força de lei e não por espontaneidade é negada com base na amostragem analisada e seu resultado.

3.1.2 Proposição P2

A proposição P2 diz que as empresas de capital aberto e fechado que elaboram e publicam a DVA seguem as orientações básicas do CPC 09.

Antes de analisar qualitativamente as DVA publicadas deve-se levar em consideração a classificação e natureza que o CPC 09 sugere para cada grupo de conta na DVA. Na formação da riqueza gerada pela empresa têm-se as seguintes classificações:

- (a) Vendas de mercadorias, produtos e serviços - inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.
- (b) Outras receitas - da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.
- (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

- (d) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.
- (e) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.
- (f) Perda e recuperação de valores ativos - inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).
- (g) Depreciação, amortização e exaustão - inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.
- (h) Resultado de equivalência patrimonial - o resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
- (i) Receitas financeiras - inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.
- (j) Outras receitas em valor adicionado recebido em transferência - incluem os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

Na distribuição da riqueza pela empresa têm-se as seguintes classificações:

- (a) Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
- (b) Benefícios - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
- (c) FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.
- (d) Federais – inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- (e) Estaduais – inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- (f) Municipais – inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
- (g) Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
- (h) Aluguéis - incluem os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

- (i) Outras no grupo de remunerações de capitais de terceiros- inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.
- (j) Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
- (k) Lucros retidos e prejuízos do exercício - incluem os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.
- (l) As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivos (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputado.

A seguir, para evidenciar a proposição P2 compararam-se as DVA's publicadas pelas empresas pesquisadas com o modelo geral de DVA sugerido pelo CPC 09 para verificar se as DVA's elaboradas e publicadas atendem ao requisito mínimo e básico do CPC 09.

3.1.2.1 Evidenciação da Proposição P2 para as empresas de Capital Aberto

No tabela 11 apresenta-se a tabulação do resultado sobre a análise das empresas de capital aberto que atenderam aos requisitos básicos do CPC 09:

As seguintes observações foram feitas nas DVA publicadas:

- (a) Foram analisadas as DVA do relatório financeiro individual das vinte maiores empresas, portanto, a linha de "participação dos não-controladores nos lucros retidos", conforme CPC 09 é para fins de consolidação.
- (b) Pela DVA publicada no site da CVM observa-se que a empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA o montante pago a título de "pessoal", mas não especificou a natureza dos valores pagos entre "remuneração direta", "benefícios" e "FGTS".
- (c) Pela DVA publicada no site da CVM observa-se que a empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA o montante pago a título de "impostos, taxas e contribuições", mas não especificou a natureza dos valores pagos entre "federais", "estaduais" e "municipais".
- (d) Pela DVA publicada no site da CVM observa-se que a empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA o montante pago a título de "remuneração de capitais de terceiros", mas não especificou a natureza dos valores pagos entre "juros", "aluguéis" e "outros".

Das treze empresas de capital aberto analisadas, duas DVA apresentaram exceções descritas nas notas (b), (c) e (d): DVA da Vale e Souza Cruz.

Tabela 11 - Resultado sobre a análise das empresas de capital aberto

Modelo Geral de DVA - CPC 09	Petrobras	Vale	Ambev	Souza Cruz	Telefônica	Cemig Distribuição	Sabesp	AES Eletropaulo	Light Sesa	Copel	Cemig GT	JBS	Pão de Açúcar
1 - Receitas													
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	✓	✓
1.2) Outras receitas	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	✓	0	✓	✓	✓	✓
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	✓	✓	0	0	0	✓	✓	✓	✓	0	✓	0	0
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	✓	✓
2-Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)													
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	✓	✓
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	✓	✓	✓	✓	✓	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	✓	✓	0	0	0	✓	✓	✓	0	✓	✓	0	0
2.4) Outras (especificar)													
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)													
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)													
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência													
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	0	0	✓	✓	✓	✓
6.2) Receitas financeiras	✓	✓	✓	✓	✓	0	0	0	0	0	0	✓	✓
6.3) Outras	✓	0	✓	0	0	0	0	0	0	0	0	✓	0
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)													
8 - Distribuição do Valor Adicionado (*)													
8.1) Pessoal													
8.1.1 - Remuneração direta	✓	(b)	✓	(b)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.1.2 - Benefícios	✓	(b)	✓	(b)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.1.3 - F.G.T.S	✓	(b)	✓	(b)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.2) Impostos, taxas e contribuições													
8.2.1 - Federais	✓	(c)	✓	(c)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.2.2 - Estaduais	✓	(c)	✓	(c)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.2.3 - Municipais	✓	(c)	✓	(c)	✓	✓	✓	✓	✓	0	✓	✓	✓
8.3) Remuneração de capitais de terceiros													
8.3.1 - Juros	✓	(d)	✓	(d)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.3.2 - Aluguéis	✓	(d)	✓	(d)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.3.3 - Outras	0	(d)	0	(d)	0	0	0	0	0	0	0	✓	0
8.4) Remuneração de Capitais Próprios													
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio	✓	0	✓	✓	0	✓	✓	✓	✓	✓	✓	0	0
8.4.2 - Dividendos	0	0	✓	✓	✓	0	0	✓	✓	✓	✓	0	✓
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (so p/ consolidação)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

✓ Atendeu ao requerimento do CPC 09

0 Informação não divulgada ou igual a zero

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.2.2 Evidenciação da Proposição P2 para as empresas de Capital Fechado

No tabela 12 apresenta-se a tabulação do resultado sobre a análise das empresas de capital fechado que atenderam aos requisitos básicos do CPC 09:

Tabela 12 - Resultado sobre a análise das empresas de capital fechado

Modelo Geral de DVA - CPC 09	E.C.T (Correios)	Construtora Odebrecht
1 – Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	✓	✓
1.2) Outras receitas	✓	✓
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	①	①
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Consti	✓	✓
2 -Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	✓	(e)
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	✓	(e)
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	✓	①
2.4) Outras (especificar)	✓	①
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)		
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	✓	✓
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)		
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	①	(f)
6.2) Receitas financeiras	✓	(f)
6.3) Outras	①	(f)
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do Valor Adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta	✓	(g)
8.1.2 – Benefícios	✓	(g)
8.1.3 – F.G.T.S	✓	(g)
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais	(b)	(h)
8.2.2 – Estaduais	(b)	(h)
8.2.3 – Municipais	(b)	(h)
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros	(c)	(i)
8.3.2 – Aluguéis	(c)	(i)
8.3.3 – Outras	✓	(i)
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	(d)	(j)
8.4.2 – Dividendos	(d)	(j)
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	✓	(j)
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	(a)	(a)

✓ Atendeu ao requerimento do CPC 09

① Informação não divulgada ou igual a zero

Fonte: elaborado pelo autor

As seguintes observações foram feitas nas DVA publicadas:

(a) Foram analisadas as DVA do relatório financeiro individual das vinte maiores empresas, portanto, a linha de "participação dos não-controladores nos lucros retidos", conforme apresentada na DVA, é para fins de consolidação.

(b) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)", os valores pagos a título de "federais", "estaduais" e "municipais".

(c) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "aluguéis, juros, variação cambial", os valores pagos a título de "juros" e "aluguéis".

(d) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "juros sobre capital próprio e dividendos", a soma dos valores pagos a título de "JCP" e "dividendos".

(e) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "insumos adquiridos de terceiros", os valores pagos a título de "custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos" e "materiais, energia, serviços de terceiros e outros".

(f) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "valor recebido em transferência", os valores recebidos a título de "resultado de equivalência patrimonial", "receitas financeiras" e "outros".

(g) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "remuneração do trabalho (integrantes)", os valores pagos a título de resultado de "remuneração direta", "benefícios" e "FGTS".

(h) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "governos (tributos)", os valores pagos a título de impostos "federais", "estaduais" e "municipais".

(i) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "remuneração de capitais de terceiros", os valores pagos a título de "juros", "aluguéis" e "outros".

(j) A empresa divulgou em uma linha consolidada da DVA, denominada "remuneração de capitais próprios (acionistas)", os valores pagos a título de "JCP", "dividendos" e "lucros retidos/ prejuízo do exercício".

Das quatro empresas de capital fechado que publicaram a DVA, todas DVA apresentaram exceções descritas nas notas (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i) e (j).

A proposição P2 que diz que as empresas que elaboram e publicam a DVA seguem as orientações básicas do CPC 09. Esta proposição é negada quando se observa que duas empresas de capital aberto e duas empresas de capital fechado não elaboraram a DVA conforme sugestão do CPC 09.

3.1.3 Proposição P3

A proposição P3 diz que os índices estudados e encontrados nesta pesquisa podem ser aplicados a qualquer DVA que tenha sido preparada no modelo geral sugerido pelo CPC 09.

Das vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 no Brasil, onze divulgaram a DVA no conjunto das Demonstrações Financeiras que atendem aos requerimentos básicos da DVA modelo geral do CPC 09.

Para evidenciar a proposição P3 aplicou-se o conjunto de índices citados no referencial teórico às DVAs das onze empresas para verificar a extração de informações sociais.

Visto que os índices propostos pelos quatro autores referenciados e encontrados durante a fase de recolhimento de dados se repetem entre si ou têm o mesmo conceito, para fins de aplicação às DVAs utilizaram-se os índices dos respectivos autores, assegurando a aplicação de 100% dos índices encontrados:

(a) Luca, Cunha, Ribeiro e Oliveira (2009):

Potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza	$\text{PPLGR} = \frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{PL médio}} \times 100$
Participação per capita dos empregados no valor adicionado	$\text{PEVA per capita} = \frac{\text{VA Dist. aos Empreg.}}{\text{Nº médio de Empregados}}$

(b) Marion (2012):

Potencial do ativo para gerar riqueza	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo}}$
Potencial dos empregados para gerar riqueza	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Nº de funcionários (média)}}$
Participação do empregado no valor adicionado	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}}$
Participação do governo no valor adicionado	$\frac{\text{Impostos}}{\text{Valor Adicionado}}$
Participação dos capitais próprios no valor adicionado	$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Valor Adicionado}}$
Grau de retenção do valor adicionado	$\frac{\text{Lucro Reinvestido}}{\text{Valor Adicionado}}$
Retenção da receita	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Receita Total}}$

(c) Santos (2007):

Participação de terceiros no valor adicionado	$\frac{\text{Gastos com Juros e Aluguéis}}{\text{Valor Adicionado}}$
Produtividade da mão-de-obra	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Gastos com Pessoal}}$
Distribuição da remuneração paga aos financiadores de capital	$\frac{\text{Remuneração de Capital}}{\text{Ativo Total}}$
Montante destinado para capacidade de inovação	$\frac{\text{Gastos com Pesq. e Desenv.}}{\text{Valor Adicionado}}$
Acréscimo ou decréscimo de distribuição de riquezas	$\frac{\text{Valor Adicionado Corrente}}{\text{Valor Adicionado Anterior}}$

Para aplicar os índices nas DVAs pesquisadas fez-se necessário levantar outras informações que constam nas Demonstrações Financeiras, tais como, valor do ativo total, PL médio e gastos com pesquisas e desenvolvimentos.

Na tabela 13 apresentam-se os dados encontrados na DVA para cálculo dos índices.

A seguir, na tabela 14 encontra-se o resumo dos índices sociais extraídos da DVA.

Observa-se que dos quatorze índices encontrados na fase de pesquisa bibliográfica, dois índices não puderam ser extraídos das DVA's individuais pesquisadas no site da CVM porque as informações necessárias para calcular os índices não foram encontradas nos relatórios financeiros publicados: potencial dos empregados para gerar riqueza e participação per capita dos empregados no valor adicionado. Outro índice, montante destinado para capacidade de inovação, não pôde ser calculado para dez empresas porque o valor de gastos com pesquisas e desenvolvimento não foram publicadas na DRE.

Tabela 13 - Dados para cálculo dos índices

Dados	Petrobrás	Ambev	Telefônica	Cemig Distribuição	Sabesp	AES Eletropaulo	Light Sesa	Copel	Cemig GT	JBS	Pão de Açúcar
Valor Adicionado corrente	155.221.900	20.881.295	11.540.164	6.455.034	6.133.683	5.952.955	5.096.160	816.802	4.823.997	5.859.329	4.890.576
Total de Ativos	564.952.519	49.319.393	57.582.441	11.640.874	26.466.692	10.499.218	8.968.355	13.764.708	12.078.511	35.926.521	22.444.808
PL médio	336.957.104	27.237.532	44.003.419	2.559.806	11.130.737	3.793.278	2.226.963	12.029.843	5.246.241	20.637.185	8.059.999
Gasto com pessoal	18.610.263	1.181.709	860.657	1.045.048	1.582.595	615.893	275.275	9.210	331.578	1.477.619	1.839.642
Gastos com impostos	76.957.177	7.813.333	4.851.019	4.556.681	1.676.652	4.916.937	3.839.950	22.745	1.981.767	1.543.579	847.982
Gastos com juros e aluguéis	38.759.555	1.378.187	811.014	661.940	962.536	312.179	691.940	84.159	591.167	2.102.965	1.151.771
Dividendos	-	4.177.290	1.122.522	-	-	538	81.422	66.008	772.875	-	249.655
Lucro reinvestido	12.018.990	4.636.447	3.331.051	50.251	1.457.824	53.090	117.102	496.608	926.767	718.938	801.526
Receita total	337.644.017	23.478.251	17.204.211	14.063.623	11.274.704	15.274.531	10.373.227	5	6.003.085	17.479.175	20.981.125
Remuneração de capital	8.875.915	5.871.619	1.122.522	141.114	454.076	54.856	171.893	204.080	992.718	-	249.655
Gasto com pesquisa e desenvolvimento	2.216.957	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Valor adicionado anterior	157.938.118	19.694.072	11.971.657	7.018.584	5.714.179	8.086.851	4.616.094	1.357.812	4.078.172	5.900.905	4.116.237

✓ Informação não divulgada pela empresa no conjunto das Demonstrações Financeiras

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 14 - Índices sociais das dez DVA's

Índice	Petrobras	Ambev	Telefônica	Cemig Distribuição	Sabesp	AES Eletropaulo	Light Sesa	Copel	Cemig GT	JBS	Pão de Açúcar
Potencial do ativo para gerar riqueza	0,27	0,42	0,20	0,55	0,23	0,57	0,57	0,06	0,40	0,16	0,22
Potencial dos empregados para gerar riqueza	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza	46%	77%	26%	252%	55%	157%	229%	7%	92%	28%	61%
Participação do empregado no valor adicionado	0,12	0,06	0,07	0,16	0,26	0,10	0,05	0,01	0,07	0,25	0,38
Participação per capita dos empregados no valor	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Participação do governo no valor adicionado	0,50	0,37	0,42	0,71	0,27	0,83	0,75	0,03	0,41	0,26	0,17
Participação de terceiros no valor adicionado	0,25	0,07	0,07	0,10	0,16	0,05	0,14	0,10	0,12	0,36	0,24
Participação dos capitais próprios no valor	-	0,20	0,10	-	-	0,00	0,02	0,08	0,16	-	0,05
Grau de retenção do valor adicionado	0,08	0,22	0,29	0,01	0,24	0,01	0,02	0,61	0,19	0,12	0,16
Retenção da receita	0,46	0,89	0,67	0,46	0,54	0,39	0,49	163.360	0,80	0,34	0,23
Produtividade da mão-de-obra	0,06	0,28	0,10	0,02	0,07	0,01	0,03	0,25	0,21	-	0,05
Distribuição da remuneração paga aos	0,02	0,12	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,08	-	0,01
Montante destinado para capacidade de inovação	0,01	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Acréscimo ou decréscimo de distribuição de riquezas	0,98	1,06	0,96	0,92	1,07	0,74	1,10	0,60	1,18	0,99	1,19

✓ Só é possível calcular este índice se a empresa divulgar o número de funcionários na data base das Demonstrações Financeiras.

✓ A empresa não divulgou o valor na Demonstração do Resultado do Exercício.

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, a proposição P3 que diz que os índices estudados e encontrados nesta pesquisa podem ser aplicados a qualquer DVA que tenha sido preparada no modelo geral sugerido pelo CPC 09 é negado uma vez que não foi possível obter todos os índices.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma das ramificações do Balanço Social, a DVA é voltada à prestação de conta, como forma de mostrar a contribuição que as empresas fazem à sociedade.

A DVA tornou-se obrigatória no conjunto das Demonstrações Financeiras das empresas de capital aberto com a aprovação da Lei 11.638/07.

A DVA tem um caráter social e é uma ferramenta útil para analisar o desempenho das empresas na sociedade.

Assim como no Balanço Social, os dados trazidos pelas empresas nas DVA's são analíticos e possibilitam aos usuários identificar em qual setor da sociedade as empresas mais adicionam valor, empenham gastos financeiros e contribuem para o desenvolvimento social. Por exemplo, na linha de distribuição de riquezas com gastos com pessoal e gastos com impostos pode-se mensurar o que foi pago a esses agentes.

Dentre as vinte empresas pesquisadas e aquelas que publicaram a DVA, chega-se à conclusão, com relação aos maiores valores adicionados na sociedade em 2012, que a Petrobrás foi a empresa que mais adicionou valor para o PIB brasileiro, em número absoluto, apresentando, o maior valor adicionado do ano, maior gasto com pessoal, impostos, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio.

Em termos percentuais, comparado com o valor adicionado de 2012, as empresas que mais distribuíram da sua riqueza em 2012 foram:

- (a) A Companhia Brasileira de Distribuição contribuiu com 38% do valor adicionado do ano em forma de gastos com pessoas.

- (b) A AES Eletropaulo distribuiu 83% do valor adicionado aos cofres públicos em forma de pagamentos de tributos.
- (c) A JBS distribuiu 36% do valor adicionado em forma de gastos com remuneração de capital de terceiros (juros e aluguéis).
- (d) A Ambev foi a empresa que mais distribuiu do seu valor adicionado para pagamento de dividendos, 20% e foi a empresa que mais remunerou o capital próprio com relação à riqueza gerada, 28%.
- (e) A Telefônica foi a empresa que, do seu valor adicionado, teve o maior lucro retido do período, representando 29% da riqueza gerada.

As pesquisas realizadas mostraram que as empresas podem ser medidas pelo seu grau de comprometimento com a sociedade em que atuam, como é o caso da pesquisa realizada e publicada pela Revista Melhores e Maiores Exame. Através de técnicas de medição, levantaram-se as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas no mercado brasileiro em 2012 para formação do PIB.

Os dados das DVA's obtidas no site da CVM, para as empresas de capital aberto, e nos sites das empresas de capital fechado, mostram aos usuários uma visão de como se deu a formação e distribuição de riquezas criadas nessas empresas.

Com base nos dados da DVA de uma empresa os *stakeholders* podem ter conhecimento de como as riquezas geradas foram distribuídas aos fornecedores, empresas do grupo, funcionários, governo, terceiros (bancos e outros financiadores) e acionistas, agregando valor à economia local (cidade, estado e país).

A cobrança da sociedade (consumidor, governo, funcionários etc.), com relação à transparência sobre a responsabilidade social das empresas pode ficar mais evidente, devido, entre outros, pela preocupação com a má distribuição de renda no país e o que as empresas vêm adicionando de valores na sociedade.

Com base nas constatações e dos achados da pesquisa apresentados no capítulo 3 é possível fazer as seguintes afirmações: as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012, que elaboraram e divulgaram a DVA, não o fizeram apenas por força de lei, mas por espontaneidade, tal como as empresas: E.C.T e Construtora Odebrecht; as empresas que elaboraram e publicaram a DVA não seguiram as orientações básicas do CPC 09, quando se observa que duas empresas de capital aberto (Vale e Souza Cruz) e duas empresas de capital fechado (E.C.T e Construtora Odebrecht) não elaboraram a DVA conforme orientações técnicas do CPC 09; os índices estudados e encontrados nesta pesquisa não podem ser aplicados a qualquer DVA que tenha sido preparada no modelo geral sugerido pelo CPC 09, visto que para se obter esses índices são necessários dados não financeiros (número de empregados) que não são divulgados pelas empresas ou dados da DRE que não puderam ser encontrados nas Demonstrações Financeiras (gastos com pesquisas e desenvolvimento).

A empresa e o usuário seriam beneficiados se a administração da empresa não elaborar a DVA simplesmente como uma obrigação assessoria, mas sim, como forma de transparência à sociedade, colaboradores, governos e investidores, pois da DVA, o usuário consegue medir a distribuição do valor adicionado aos funcionários, governo, financiadores etc. Assim, as empresas poderiam ganhar mais respeito e confiança da sociedade e a esta poderia eleger as empresas, como forma de fidelização de relacionamento, as melhores empresas para a sociedade.

Dessa forma, partindo do objetivo geral, quando na análise das DVA's das vinte maiores empresas que mais criaram riquezas no Brasil em 2012, observa-se que, se a empresa não apresenta a DVA na forma do modelo geral sugerido pelo CPC 09, o usuário das Demonstrações Financeiras não consegue extrair os índices para fazer análise social da empresa.

Utilizar a DVA e aplicar os índices existentes possibilita ao usuário descobrir de que forma as empresas contribuem para o crescimento e sustentabilidade do seu negócio e da sociedade.

A falta da publicação consistente com o modelo sugerido compromete a evidenciação do *accountability*, que garante que a gestão possa ser efetivamente supervisionada, da justiça, no que diz respeito a tratamento equitativo aos *stakeholders* e da responsabilidade, que garante que a empresa cumpra seu papel na sociedade.

Aplicou-se o estudo de caso múltiplo para evidenciar as proposições dessa pesquisa e estudar os fenômenos observados: a publicação da DVA pelas empresas no Brasil, de acordo com a norma técnica, e a extração dos índices sociais.

Ao aplicar os índices nas DVA's das empresas, o teste mostrou que algumas empresas foram capazes de adicionar mais valores do que outras, especialmente aos funcionários e governo.

O teste de comparação das unidades de análises mostra que a participação de gastos com pessoal no valor adicionado representa variação de 1% na empresa Copel para 38% na empresa Companhia Brasileira de Distribuição. Também se pode constatar que a participação do governo no valor adicionado variou de 3% na empresa Copel para até 83% na empresa AES Eletropaulo. Pelo quadro de participação societária, da empresa Copel, observou-se que as diferenças contrastantes entre o valor distribuído pela Copel com as demais empresas, pode ser resultado da sua formação societária. A Copel é uma *holding* com participações em trinta e seis empresas, mas este não foi objeto de análise nessa pesquisa.

Como sugestão de melhoria no modelo geral de DVA proposto, visto que é necessário dado não financeiro para extração de alguns índices, uma adaptação poderia ser realizada no modelo existente para que as empresas pudessem informar o número de funcionários correspondente a DVA publicada.

Assim, ao analisar os dados das empresas, as proposições dessa pesquisa foram negadas e o resultado pode servir de base e encorajar novas pesquisas sobre a formação e distribuição da riqueza das empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Aprova e torna obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia do setor elétrico, assim como para o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Despacho Nº 4.796, de 24 de dezembro de 2008.**

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. Adoção dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC por todas as concessionárias, permissionárias e serviços em regime de autorização especial de transportes terrestres. **Comunicado SUREG Nº 001/09, de 14 de maio de 2009.**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 2010.

Artigo História do Trabalho. Disponível em:

http://www.linternaute.com/histoire/categorie/116/a/1/1/histoire_du_travail.shtml.

Aceso em: 05 out. 2012.

Artigo Modelo do Balanço Social. Disponível em:

http://www.nbb.be/pub/03_00_00_00/03_04_00_00_00/03_04_01_00_00/03_04_01_08_00.htm?l=fr. Acesso em: 05 out. 2012.

Artigo do Balanço Social ao Balanço Ambiental. Disponível em:

http://www.rsenews.com/public/dossier_social/bilan_societal.php?rub=2. Acesso em: 08 set. 2012.

Artigo Balanço Social 2006. Disponível em:

http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/administrativa/balanco_social/balanco.php?id=1209 Acesso em: 21 set. 2013.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BNDES. **Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade corporativa**. Rio de Janeiro. Relato Setorial Nº 2 BNDES – Área Social da Gerência de Estudos Setoriais (AS-GESET), Março 2000.

BRAGA, Paulo de Tarso Silva. **Demonstração do valor adicionado (DVA): um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas no Brasil**. [Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional), Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal], 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

_____. **Decreto Nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919**. Regulamentação das Obrigações Resultantes dos Acidentes de Trabalho.

_____. **Lei de Elóy Chaves Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Relativa a empresas de estradas de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados.

_____. **Decreto Nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925**. Relativa às Férias.

_____. **Decreto Nº 5.452, de 01 de maio de 1943**. Consolidação das Leis de Trabalho.

_____. **Decreto Nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946**. Relativa à Criação do Conselho Federal de Contabilidade.

_____. **Decreto Nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007**. Relativa à Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado. **Deliberação CVM Nº 557, de 12 de novembro de 2008.**

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Aprovação do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **CPC 09 de 30 de outubro de 2008.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. **Resolução CFC Nº. 1.055/05, de 07 de outubro de 2005.**

_____. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **Resolução CFC Nº. 1.138/08, de 21 de novembro de 2008.**

_____. Altera o item 3 da NBC T 3.7- Demonstração do Valor Adicionado. **Resolução CFC N.º 1.162/09, de 27 de março de 2009.**

Decreto-Lei n.º 9.295/46. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=285>. Acesso em:

14 out. 2012.

Demonstrações Financeiras Petrobrás. Disponível em:

<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/central-de-resultados/4t12.htm> Acesso em:

13 out. 2013.

Demonstrações Financeiras Petrobrás Distribuidora S.A. Disponível em:

<http://www.br.com.br/wps/wcm/connect/c64236804eef460bbe79feab5a03b54d/DC-2012.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 13 out. 2013.

Demonstrações Financeiras da Vale do Rio Doce. Disponível em:

http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/Financial-statements-BR-GAAP-IFRS-US-GAAP/FinancialStatements/itr_brqaap_4T12p.pdf. Acesso em: 05

nov. 2013.

Demonstração Financeira da Vivo. Disponível em:

<http://balancos.imprensaoficial.com.br/Publicacao.asp> Acesso em: 05 nov. 2013.

Demonstrações Financeiras Ipiranga. Disponível em:

<http://www.ipiranga.com.br/wps/wcm/connect/2fc80abb-ecdf-4fba-9122e5fcbd234fdc/Publica%C3%A7%C3%A3o+DFP+simplificada+2012.pdf?MOD=AJPERES> Acesso em: 13 out. 2013.

Demonstrações Financeiras das Empresas Petrobrás, Vale, Ambev, Souza Cruz, Telefônica, Cemig Distribuição, Sabesp, AES Eletropaulo, Light Sesa, Copel, Cemig GT, JBS e Pão de Açúcar. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/> Acesso em: 13 out. 2013.

Demonstrações Financeiras Telefônica. Disponível em:

http://telefonica.mediatgroup.com.br/pt/Download/810_Demonstracoes_Financeiras_Anuais_Completas_2012.pdf Acesso em: 07 nov. 2013.

Demonstrações Financeiras Grupo Pão de Açúcar. Disponível em:

http://www.gpari.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=29924&conta=28. Acesso em: 07 nov. 2013.

DORNBUSHC, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia.** Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2003.

DUARTE, José B. **Estudos de casos em educação:** investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. Disponível em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n11/n11a08.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013

Due Process Reporting Framework. Disponível em:

<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>. Acesso em: 09 ago. 2013.

FRANÇA. **Lei Le Chapelier, de 14 de junho de 1791**. Relativa às Atividades Profissionais.

_____. **Decreto Nº 77.769, de 12 de julho de 1977**. Relativa ao Balanço Social das Empresas.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

FREEMAN, R. Edward. **A Stakeholder Approach to Strategic Management**. Marshfield, USA: Pitman Publishing Inc., 1984.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; ZACCARELLI, Laura Menegon. **Gestão do Fator Humano, uma Visão baseada em Stakeholders**. São Paulo: Saraiva, 2007.

Indicadores Sociais. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em 06 out. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanço**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEI Nº 3.071. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 14 out. 2012.

LEI Nº 77.769. Disponível em: <http://www.senat.fr/>. Acesso em: 06 out. 2012.

LEMES, Sirlei; CARVALHO Luiz Nelson Guedes de. **Contabilidade Internacional para Graduação.** São Paulo: Atlas, 2010.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e Profissional em Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

LUCA, Márcia Martins de. **Demonstração do Valor Adicionado.** São Paulo: Atlas, 1998.

LUCA, Márcia Martins Mendes de; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Demonstração do Valor Adicionado: do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Joel. **Subsídio para Redação de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.** São Paulo: Moraes, 1991.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Atlas, 2011.

Modelo do Balanço Social IBASE. Disponível em:

<http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/>. Acesso em: 09 ago. 2013.

MORAES, Pêrsio Belluomini. **Uso da demonstração do valor adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil**. [Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios), Universidade Católica de Santos, Santos], 2008.

OECD. **A Regra dos Stakeholders**. 2000. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/1930657.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

O Instituto Ethos. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/visao> Acesso em: 09 ago. 2013.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. São Paulo: Thomson, 2003.

PENA, Neide; ANDRADE, Nelson Lambert de; GONÇALVES, José Roberto. **Contabilidade e Gestão**. São Paulo: Vale dos Livros, 2013.

PETERS, Marcos. **Comentários à Lei 11.638/07**. São Paulo: Saint Paul, 2008.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balanco social**: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2013.

POST, James; PRESTON, Lee; SACHS, Sybille. **Redefining the Corporation, Stakeholder Management and Organizational Wealth**. Disponível em: <http://www.sup.org/book.cgi?id=1967> Acesso em: 05 ago. 2013.

Publicação no jornal Atualização do Balanço Social das Empresas de mais de 300 Funcionários. Disponível em: <http://www.senat.fr/basile/visio.do?id=qSEQ990717695&idtable=q79168|q141132|q153202|q145663|q145661|q153195&c=loi+77769&rhc=gs&de=19911009&au=20111>

009&dp=20+ans&radio=dp&aff=sep&tri=p&off=0&afd=ppr&afd=ppl&afd=pjl&afd=cvn.

Acesso em: 09 out. 2011.

Publicação Balanço social é reconhecido como notável pela ONU. Disponível em: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200708140045_IVN_163875 Acesso em: 09 ago. 2013.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social.** São Paulo: Atlas, 2007.

Relatório Anual 2012. Disponível em:

http://www.cargill.com.br/wcm/fragments/csf_brazil_mag_resources/relatorio-anual-2012/index.html Acesso em: 07 nov. 2013.

Relatório Anual 2012. Disponível em:

http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2012/port/downloads/Bunge_RAS11.pdf

Acesso em: 07 nov. 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Método e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Pesquisa Social: Método e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos.** São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Ariovaldo dos. **O Balanço Social no Brasil: Gênese, Finalidade e Implementação como Complemento às Demonstrações Contábeis.** Rio de Janeiro: ANPAD, 1998.

_____. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Patrícia dos Santos. **Verdades e mitos na interpretação da demonstração do valor adicionado**. [Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo], 2010.

STONER, James Arthur Finch; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edilson Muniz da. **A relevância da demonstração do valor adicionado na evidenciação da distribuição da riqueza: um estudo da DVA na crise de 2008-2009**. [Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo], 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Modelo de análise da demonstração do valor adicionado para a gestão de empresas**. [Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis], 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. São Paulo: Bookman, 2010.

ANEXOS

Anexo I – Modelo de Balanço Social IBASE

Balanço Social Anual / 20XX



1. Base de cálculo	20XX Valor (mil reais)			20XX-1 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	☐ não possui metas ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 76 a 100%			☐ não possui metas ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	20XX			Metas 20XX+1		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ todos(as) empregados(as) + Cipa	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	☐ não se envolve	☐ segue as normas da OIT	☐ incentiva e segue a OIT	☐ não se envolverá	☐ seguirá as normas da OIT	☐ incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)	☐ direção	☐ direção e gerências	☐ todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	☐ não são considerados	☐ são sugeridos	☐ são exigidos	☐ não serão considerados	☐ serão sugeridos	☐ serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	☐ não se envolve	☐ apoia	☐ organiza e incentiva	☐ não se envolverá	☐ apoiará	☐ organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 20XX:			Em 20XX-1:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	% governo	% colaboradores(as)		% governo	% colaboradores(as)	
	% acionistas	% terceiros	% retido	% acionistas	% terceiros	% retido
7. Outras informações						

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

Anexo 2 – Protocolo de Pesquisa

Objetivo Geral

Por que o usuário das Demonstrações Contábeis perde em informações quando as empresas não elaboram e divulgam a DVA no modelo proposto pelo CPC 09?

Objetivos Específicos

Verificar, entre as vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 para formação do PIB Brasileiro, quais os tipos de empresas que elaboraram e divulgaram a DVA: se empresa de S.A de capital aberto ou fechado.

Constatar, entre as vinte maiores empresas, se as DVA's publicadas atendem aos requisitos básicos do modelo geral proposto no CPC 09.

Extrair os índices sociais encontrados durante a pesquisa bibliográfica nas DVA's publicadas.

Proposições

As vinte maiores empresas que mais criaram riquezas em 2012 que elaboram e divulgam a DVA o fazem por força de lei e não por espontaneidade.

As empresas de capital aberto e fechado que elaboram e publicam a DVA seguem as orientações básicas do CPC 09.

Os índices estudados e encontrados nesta pesquisa podem ser aplicados a qualquer DVA que tenha sido preparada no modelo geral sugerido pelo CPC 09.

Anexo 3 – DVA Petrobrás

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	337.644.017	295.795.899
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	276.935.186	241.042.276
7.01.02	Outras Receitas	5.615.469	4.751.081
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	55.103.729	49.938.608
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-10.367	63.934
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-183.854.762	-140.061.529
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-95.626.795	-68.529.340
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.067.257	-54.505.723
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-491.262	-743.941
7.02.04	Outros	-19.669.448	-16.282.525
7.03	Valor Adicionado Bruto	153.789.255	155.734.370
7.04	Retenções	-15.738.268	-12.902.393
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.738.268	-12.902.393
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.050.987	142.831.977
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.170.913	15.106.141
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.581.366	5.807.801
7.06.02	Receitas Financeiras	7.885.466	8.569.750
7.06.03	Outros	704.081	728.590
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.221.900	157.938.118
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	155.221.900	157.938.118
7.08.01	Pessoal	18.610.263	16.153.513
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.540.025	11.508.347
7.08.01.02	Benefícios	5.189.946	3.899.728
7.08.01.03	F.G.T.S.	880.292	745.438
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	76.957.177	79.479.205
7.08.02.01	Federais	52.164.827	57.033.153
7.08.02.02	Estaduais	24.698.554	22.366.961
7.08.02.03	Municipais	93.796	79.091
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.759.555	29.204.701
7.08.03.01	Juros	11.575.096	8.812.548
7.08.03.02	Aluguéis	27.184.459	20.392.153
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.894.905	33.100.699
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.875.915	10.435.598
7.08.04.02	Dividendos	0	1.565.340
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.018.990	21.099.761
7.08.05	Outros		

Anexo 4 – DVA Ambev

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	23.478.251	24.293.555
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.445.344	24.220.071
7.01.02	Outras Receitas	43.309	83.848
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-10.402	-10.364
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.974.176	-10.010.493
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.924.803	-7.828.084
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.029.383	-2.156.357
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-19.990	-26.052
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.504.075	14.283.062
7.04	Retenções	-849.597	-709.301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-849.597	-709.301
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.654.478	13.573.761
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.226.817	6.120.311
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.747.674	5.491.409
7.06.02	Receitas Financeiras	459.422	611.565
7.06.03	Outros	19.721	17.337
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.881.295	19.694.072
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.881.295	19.694.072
7.08.01	Pessoal	1.181.709	1.138.518
7.08.01.01	Remuneração Direta	921.925	861.923
7.08.01.02	Benefícios	116.876	128.528
7.08.01.03	F.G.T.S.	45.883	51.180
7.08.01.04	Outros	97.025	96.887
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.813.333	8.417.707
7.08.02.01	Federais	2.648.657	2.872.869
7.08.02.02	Estaduais	5.155.486	5.533.374
7.08.02.03	Municipais	9.190	11.464
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.378.187	1.496.871
7.08.03.01	Juros	1.326.642	1.431.168
7.08.03.02	Aluguéis	51.545	65.703
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.508.066	8.640.976
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.694.329	0
7.08.04.02	Dividendos	4.177.290	1.967.271
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.636.447	6.673.705
7.08.05	Outros		

Anexo 5 – DVA Telefônica

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	17.204.211	20.470.838
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.146.952	20.302.208
7.01.02	Outras Receitas	324.712	469.535
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-267.453	-300.905
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.559.445	-9.247.074
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.328.483	-6.237.109
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.297.993	-2.956.452
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	67.031	-53.513
7.02.04	Outros	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.644.766	11.223.764
7.04	Retenções	-2.634.616	-2.110.275
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.634.616	-2.110.275
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.010.150	9.113.489
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.530.014	2.858.168
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.995.228	2.308.650
7.06.02	Receitas Financeiras	534.786	549.518
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.540.164	11.971.657
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.540.164	11.971.657
7.08.01	Pessoal	860.657	702.475
7.08.01.01	Remuneração Direta	588.540	534.423
7.08.01.02	Benefícios	203.092	116.906
7.08.01.03	F.G.T.S.	69.025	51.146
7.08.01.04	Outros	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.851.019	5.593.304
7.08.02.01	Federais	1.556.796	1.324.605
7.08.02.02	Estaduais	3.235.821	4.223.367
7.08.02.03	Municipais	58.402	45.332
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	811.014	1.052.410
7.08.03.01	Juros	633.515	631.413
7.08.03.02	Aluguéis	177.499	420.997
7.08.03.03	Outras	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.453.573	4.355.318
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.867.000
7.08.04.02	Dividendos	1.122.522	382.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.331.051	2.105.918
7.08.05	Outros	563.901	268.150

Anexo 6 – DVA Cemig Distribuição

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	14.063.623	12.981.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.060.203	11.892.089
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.228.483	1.175.319
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-225.063	-85.872
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.505.038	-5.889.587
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.397.769	-3.941.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.842.534	-1.771.545
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-264.735	-176.673
7.02.04.01	Custo de Construção	0	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-264.735	-176.673
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.558.585	7.091.949
7.04	Retenções	-392.634	-383.714
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-392.634	-383.714
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.165.951	6.708.235
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	289.083	310.349
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial		
7.06.02	Receitas Financeiras	289.083	310.349
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.455.034	7.018.584
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.455.034	7.018.584
7.08.01	Pessoal	1.045.048	975.738
7.08.01.01	Remuneração Direta	733.050	676.496
7.08.01.02	Benefícios	245.558	246.499
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.673	40.556
7.08.01.04	Outros	23.767	12.187
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.556.681	4.691.649
7.08.02.01	Federais	1.984.285	2.296.831
7.08.02.02	Estaduais	2.570.273	2.391.748
7.08.02.03	Municipais	2.123	3.070
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	661.940	631.226
7.08.03.01	Juros	586.767	565.744
7.08.03.02	Aluguéis	75.173	65.482
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	191.365	719.971
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	141.114	142.613
7.08.04.02	Dividendos	0	297.794
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.251	279.564
7.08.05	Outros		

Anexo 7 – DVA Sabesp

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	11.274.704	10.490.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.926.737	8.305.043
7.01.02	Outras Receitas	75.721	80.821
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.464.482	2.224.633
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-192.236	-120.260
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.729.088	-4.455.042
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.961.486	-3.624.471
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-676.063	-667.932
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-91.539	-162.639
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.545.616	6.035.195
7.04	Retenções	-738.525	-768.704
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-738.525	-768.704
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.807.091	5.266.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	326.592	447.688
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.532	-3.584
7.06.02	Receitas Financeiras	333.124	451.272
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.133.683	5.714.179
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.133.683	5.714.179
7.08.01	Pessoal	1.582.595	1.649.561
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.051.453	992.045
7.08.01.02	Benefícios	406.443	551.616
7.08.01.03	F.G.T.S.	124.699	105.900
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.676.652	1.466.228
7.08.02.01	Federais	1.596.633	1.398.783
7.08.02.02	Estaduais	51.686	42.843
7.08.02.03	Municipais	28.333	24.602
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	962.536	1.374.971
7.08.03.01	Juros	900.151	1.336.380
7.08.03.02	Aluguéis	62.385	38.591
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.911.900	1.223.419
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	454.076	290.562
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.457.824	932.857
7.08.05	Outros		

Anexo 8 – DVA AES Eletropaulo

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	13.274.331	13.231.310
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.339.111	14.376.410
7.01.02	Outras Receitas	123.406	122.992
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	631.113	736.743
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.103	11.303
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.109.364	-6.979.001
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.472.097	-6.271.963
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-373.679	-319.032
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-1.001.366	-106.040
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-230.273	-137.214
7.02.04.02	Construção de ativos próprios	-631.113	-736.743
7.02.04.03	Outras receitas - alienação de investimentos	0	707.313
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.103.107	6.271.633
7.04	Retenções	-430.916	-303.340
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-430.916	-303.340
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.714.249	7.706.313
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	236.700	316.330
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial		
7.06.02	Receitas Financeiras	236.700	316.330
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.952.953	8.066.631
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.952.953	8.066.631
7.08.01	Pessoal	613.693	473.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	404.303	333.199
7.08.01.02	Benefícios	106.709	112.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	44.619	27.788
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.910.937	3.067.393
7.08.02.01	Federais	2.101.941	2.914.269
7.08.02.02	Estaduais	2.767.206	2.744.662
7.08.02.03	Municipais	27.720	26.422
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	312.179	331.640
7.08.03.01	Juros	290.317	339.020
7.08.03.02	Aluguéis	21.662	12.220
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	107.940	1.372.103
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	34.316	73.039
7.08.04.02	Dividendos	336	636.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.090	661.034
7.08.05	Outros		

Anexo 9 – DVA Light

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	10.373.227	10.454.574
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.986.507	9.911.238
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	669.322	794.649
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-282.602	-251.313
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.178.297	-5.705.081
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.394.013	-3.755.149
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-784.284	-1.949.932
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.194.930	4.749.493
7.04	Retenções	-293.276	-306.796
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-293.276	-306.796
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.901.654	4.442.697
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	194.506	173.397
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial		
7.06.02	Receitas Financeiras	194.506	173.397
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.096.160	4.616.094
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.096.160	4.616.094
7.08.01	Pessoal	275.275	254.103
7.08.01.01	Remuneração Direta	204.930	209.698
7.08.01.02	Benefícios	44.438	32.925
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.722	14.746
7.08.01.04	Outros	9.185	-3.266
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.839.950	3.530.041
7.08.02.01	Federais	1.508.718	1.285.332
7.08.02.02	Estaduais	2.324.238	2.237.953
7.08.02.03	Municipais	6.994	6.756
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	691.940	584.197
7.08.03.01	Juros	633.782	533.865
7.08.03.02	Aluguéis	58.158	50.332
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	288.995	247.753
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	90.471	90.028
7.08.04.02	Dividendos	81.422	114.915
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	117.102	42.810
7.08.05	Outros		

Anexo 10 – DVA Copel

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	5	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		
7.01.02	Outras Receitas	5	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.096	-12.671
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.896	-5.077
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-22.200	-7.594
7.03	Valor Adicionado Bruto	-26.091	-12.671
7.04	Retenções	-755	-754
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-755	-754
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-26.846	-13.425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	843.648	1.371.237
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	733.331	1.249.778
7.06.02	Receitas Financeiras	110.317	121.459
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	816.802	1.357.812
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	816.802	1.357.812
7.08.01	Pessoal	9.210	7.504
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.880	6.692
7.08.01.02	Benefícios	746	496
7.08.01.03	F.G.T.S.	584	316
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.745	58.385
7.08.02.01	Federais	22.693	58.382
7.08.02.02	Estaduais	52	1
7.08.02.03	Municipais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	84.159	134.233
7.08.03.01	Juros	84.147	134.312
7.08.03.02	Aluguéis	12	-79
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	700.688	1.157.690
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	138.072	336.216
7.08.04.02	Dividendos	66.008	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	496.608	821.474
7.08.05	Outros		

Anexo 11 – DVA Cemig GT

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	6.003.085	5.101.238
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.599.445	4.972.529
7.01.02	Outras Receitas	298.340	76.358
7.01.02.01	Outras Receitas	192.311	5.432
7.01.02.02	Investimentos em Imobilizado	106.029	70.926
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	107.304	56.980
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-2.004	-4.629
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.536.351	-1.169.499
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.069.468	-835.057
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-334.950	-269.129
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-131.933	-65.313
7.02.04.01	Custo de Construção	0	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-131.933	-65.313
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.466.734	3.931.739
7.04	Retenções	-310.851	-340.215
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-310.851	-340.215
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.155.883	3.591.524
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	668.114	486.648
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	537.364	252.165
7.06.02	Receitas Financeiras	130.750	234.483
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.823.997	4.078.172
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.823.997	4.078.172
7.08.01	Pessoal	331.578	322.541
7.08.01.01	Remuneração Direta	226.309	227.897
7.08.01.02	Benefícios	81.994	76.632
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.748	13.706
7.08.01.04	Outros	8.527	4.306
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.981.767	1.728.971
7.08.02.01	Federais	1.515.040	1.298.684
7.08.02.02	Estaduais	464.878	428.895
7.08.02.03	Municipais	1.849	1.392
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	591.167	757.648
7.08.03.01	Juros	572.751	741.355
7.08.03.02	Aluguéis	18.416	16.293
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.919.485	1.269.012
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	219.843	223.011
7.08.04.02	Dividendos	772.875	486.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	926.767	560.001
7.08.05	Outros		

Anexo 12 – DVA Companhia Brasileira de Distribuição

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	20.981.125	19.399.690
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	20.931.980	19.540.187
7.01.02	Outras Receitas	54.861	-133.346
7.01.02.01	Outras Receitas/Despesas Operacionais	54.861	-133.346
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-5.716	-7.151
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.631.838	-15.666.280
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-15.106.995	-14.225.737
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.524.843	-1.440.543
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.349.287	3.733.410
7.04	Retenções	-377.202	-310.398
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-377.202	-310.398
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.972.085	3.423.012
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	918.491	693.225
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	603.705	374.685
7.06.02	Receitas Financeiras	314.786	318.540
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.890.576	4.116.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.890.576	4.116.237
7.08.01	Pessoal	1.839.642	1.535.782
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.265.138	1.053.815
7.08.01.02	Benefícios	435.542	365.527
7.08.01.03	F.G.T.S.	108.770	81.556
7.08.01.04	Outros	30.192	34.884
7.08.01.04.01	Participações	30.192	34.884
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	847.982	735.047
7.08.02.01	Federais	597.458	457.459
7.08.02.02	Estaduais	156.925	187.567
7.08.02.03	Municipais	93.599	90.021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.151.771	1.127.189
7.08.03.01	Juros	770.696	791.474
7.08.03.02	Aluguéis	381.075	335.715
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.051.181	718.219
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		
7.08.04.02	Dividendos	249.655	170.577
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	801.526	547.642
7.08.05	Outros		

Anexo 13 – DVA Vale

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	73.694.237	84.940.902
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	58.550.811	67.617.604
7.01.02	Outras Receitas	-1.036.035	2.492.175
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	16.166.133	14.824.261
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	13.328	6.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.409.665	-33.485.595
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.384.004	-2.546.797
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.955.736	-25.650.455
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-7.772.446	0
7.02.04	Outros	-6.297.479	-5.288.343
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.284.572	51.455.307
7.04	Retenções	-2.562.726	-1.963.559
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.562.726	-1.963.559
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.721.846	49.491.748
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.376.261	9.328.143
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	577.298	7.503.503
7.06.02	Receitas Financeiras	798.963	1.824.640
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.098.107	58.819.891
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.098.107	58.819.891
7.08.01	Pessoal	4.674.322	3.988.965
7.08.01.01	Remuneração Direta		
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.372.944	9.598.131
7.08.02.01	Federais		
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.317.145	7.419.070
7.08.03.01	Juros		
7.08.03.02	Aluguéis		
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.733.696	37.813.725
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.733.696	37.813.725
7.08.05	Outros		

Anexo 14 – DVA BR Distribuidora

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2012		2011		2012		2011	
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e administradores								
Remuneração Direta								
Salários	841	4,3%	798	4,8%	656	3,5%	615	3,8%
Participações nos lucros ou								
resultados	75	0,4%	118	0,7%	64	0,3%	100	0,6%
Benefícios								
Vantagens	111	0,6%	105	0,6%	74	0,4%	67	0,4%
Plano de aposentadoria e pensão	127	0,7%	94	0,6%	123	0,7%	90	0,6%
Plano de saúde	250	1,3%	163	1,0%	228	1,2%	139	0,9%
FGTS	65	0,3%	61	0,4%	51	0,3%	46	0,3%
	1.469	7,6%	1.339	8,1%	1.196	6,4%	1.057	6,6%
Tributos								
Federais	1.691	8,8%	1.257	7,6%	1.599	8,6%	1.145	7,2%
Estaduais	13.579	70,4%	12.319	74,0%	13.417	72,0%	12.133	75,8%
Municipais	20	0,1%	19	0,1%	17	0,1%	16	0,1%
	15.290	79,3%	13.595	81,7%	15.033	80,7%	13.294	83,1%
Instituições financeiras e								
fornecedores								
Juros, variações cambiais e mo-								
netárias	307	1,6%	179	1,1%	224	1,2%	162	1,0%
Despesas de aluguéis	319	1,7%	260	1,5%	283	1,5%	226	1,4%
	626	3,3%	439	2,6%	507	2,7%	388	2,4%
Acionistas								
Dividendos	449	2,3%	301	1,8%	449	2,4%	301	1,9%
Lucros retidos	1.442	7,5%	966	5,8%	1.442	7,8%	966	6,0%
	1.891	9,8%	1.267	7,6%	1.891	10,2%	1.267	7,9%
Valor adicionado distribuído	19.276	100,0%	16.640	100,0%	18.627	100,0%	16.006	100,0%

Anexo 15 – DVA Souza Cruz

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	14.570.771	13.185.459
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.592.823	13.150.435
7.01.02	Outras Receitas	-31.754	10.506
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	9.702	24.518
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.843.290	-2.572.514
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-282.030	-209.157
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.574.987	-2.371.886
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	13.727	8.529
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.727.481	10.612.945
7.04	Retenções	-170.630	-163.423
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-170.630	-163.423
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.556.851	10.449.522
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	271.977	287.458
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	159.309	156.061
7.06.02	Receitas Financeiras	112.668	131.397
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.828.828	10.736.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.828.828	10.736.980
7.08.01	Pessoal	684.458	613.197
7.08.01.01	Remuneração Direta		
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.224.257	8.263.886
7.08.02.01	Federais		
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	278.167	257.016
7.08.03.01	Juros		
7.08.03.02	Aluguéis		
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.641.946	1.602.881
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	111.462	104.274
7.08.04.02	Dividendos	1.442.448	1.399.922
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	88.036	98.685
7.08.05	Outros		

Anexo 16 – DVA E.C.T (Correios)

CNPJ 34.028.316/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares R\$)

	2012		2011	
I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.334.353		13.909.138	
Receitas Operacionais	14.510.801		13.715.535	
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.762)		(17.671)	
Outras Receitas Operacionais	788.299		18.291	
Receitas Não-Operacionais	39.016		192.983	
Insumos Adquiridos de Terceiros	4.811.412		4.262.951	
Custo dos Serviços Prestados	4.204.426		4.088.022	
Serviços Adquiridos de Terceiros	363.037		245.196	
Materiais Consumidos	26.834		25.420	
Propaganda e Comunicação	93.240		49.501	
Utilidades e Serviços	1.224		(372)	
Provisões diversas	122.650		(144.816)	
Valor Adicionado Bruto	10.522.942		9.646.187	
Depreciação/Amortização	(284.631)		(285.669)	
Receitas Financeiras	1.216.440		711.308	
VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA EMPRESA	11.454.752	%	10.071.826	%
II – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do Trabalho	7.640.567	66,7	6.580.098	65,0
Salários, Honorários e Benefícios	7.039.855		6.084.018	
Participações nos Lucros e Resultados – PLR	124.470		89.527	
Encargos Sociais	476.242		406.553	
Remuneração do Governo	2.552.501	22,3	2.060.791	21,0
INSS sobre Salários	1.204.930		1.026.895	
Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	863.598		629.426	
Imposto de Renda e Contribuição Social	483.973		404.470	
Remuneração do Capital de Terceiros	217.623	1,9	548.190	5,0
Aluguéis, juros, variação cambial	202.558		494.883	
Outras remunerações a terceiros	15.065		53.307	
Remuneração dos Acionistas	1.044.061	9,1	882.747	9,0
Lucro/Reserva Retidos	548.132		524.247	
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	495.929		358.500	
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	11.454.752	100,00	10.071.826	100,00

Anexo 17 – DVA Construtora Odebrecht

Demonstrativo do Valor Adicionado

	R\$ mil	US\$ mil
Receitas	84.832.813	41.513.488
(+) Venda de mercadorias, produtos e serviços	84.430.826	41.316.773
(+) Outras Receitas	454.515	222.420
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	52.528	25.705
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	60.664.381	29.686.509
(=) Valor Adicionado Bruto	24.168.432	11.826.979
(-) Depreciação e Amortização	3.710.479	1.815.747
(+) Valor Recebido em Transferência	3.116.221	1.524.943
(=) Valor Adicionado a Distribuir	23.574.174	11.536.175
Remuneração do Trabalho (Integrantes)	10.758.541	5.264.762
Governos (Tributos)	3.322.233	1.625.756
Remuneração de Capitais de Terceiros	11.075.108	5.419.676
Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas)	(1.581.708)	(774.019)
Valor Adicionado Distribuído	23.574.174	11.536.175

Anexo 18 – DVA JBS

Conta	Descrição	31/12/2012	31/12/2011
7.01	Receitas	17.479.175	13.939.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.440.319	13.914.737
7.01.02	Outras Receitas	32.425	34.820
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6.431	-10.021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.576.144	-9.679.930
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.028.087	-7.507.627
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.548.057	-2.172.303
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.903.031	4.259.606
7.04	Retenções	-435.920	-436.501
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-435.920	-436.501
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.467.111	3.823.105
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.392.218	2.077.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	385.040	113.264
7.06.02	Receitas Financeiras	1.007.119	1.961.079
7.06.03	Outros	59	3.457
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.859.329	5.900.905
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.859.329	5.900.905
7.08.01	Pessoal	1.477.619	1.314.186
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.259.220	1.066.632
7.08.01.02	Benefícios	153.769	169.640
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.630	77.914
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.543.579	1.228.868
7.08.02.01	Federais	666.855	451.607
7.08.02.02	Estaduais	860.755	774.733
7.08.02.03	Municipais	15.969	2.528
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.119.193	3.433.556
7.08.03.01	Juros	2.037.834	3.300.639
7.08.03.02	Aluguéis	65.131	60.096
7.08.03.03	Outras	16.228	72.821
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	718.938	-75.705
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	718.938	-75.705
7.08.05	Outros		

Anexo 19 – DVA Transpetro

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de serviços.....	6.272.408	5.758.357	6.835.887	6.037.837
Outras receitas operacionais.....	57.876	39.642	57.876	39.642
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso.....	1.297.273	903.090	1.319.338	929.683
(-) Provisão devedores duvidosos.....	(1.195)	(181)	(1.195)	(181)
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de Terceiros.....	(1.171.356)	(1.496.688)	(1.216.700)	(1.582.182)
Materiais consumidos.....	(310.372)	(303.016)	(357.157)	(322.758)
Energia, serviços de terceiros e outros.....	(1.690.714)	(892.231)	(1.776.449)	(913.460)
Créditos fiscais sob materiais consumidos.....	(6.158)	(6.453)	(6.158)	(6.453)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros.....	(159.859)	(174.478)	(159.859)	(174.478)
Valor adicionado bruto.....	4.287.903	3.828.042	4.695.583	4.007.650
Retenções				
Depreciação e amortização.....	(243.862)	(195.214)	(280.785)	(209.053)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.044.041	3.632.828	4.414.798	3.798.597
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial.....	55.244	17.859		
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais.....	110.442	83.705	121.023	79.593
	165.686	101.564	121.023	79.593
Valor adicionado total a distribuir.....	4.209.727	3.734.392	4.535.821	3.878.190
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos.....	808.187	653.072	808.187	653.072
Participações de empregados.....	64.166	89.730	64.166	89.730
Honorários da diretoria e conselho de administração.....	7.509	6.795	7.509	6.795
Mão de obra adicional.....	529.076	482.365	529.076	482.365
Vantagens (alimentação transportes e outros).....	202.627	145.674	202.927	146.006
FGTS.....	47.267	36.882	47.267	36.882
	1.658.832	1.414.518	1.659.132	1.414.850
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais.....	756.389	649.860	756.389	649.860
Impostos contribuições estaduais.....	299.104	259.217	299.104	259.217
Impostos contribuições municipais.....	75.261	65.466	75.261	65.466
Imposto renda e contribuição social diferido.....	1.078	22.102	1.078	22.102
	1.131.832	996.645	1.131.832	996.645
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis.....	708.417	693.738	1.034.211	837.204
Acionistas				
Lucros retidos.....	545.925	482.407	545.925	482.407
Dividendos.....	164.721	147.084	164.721	147.084
Resultado do exercício.....	710.646	629.491	710.646	629.491
Valor adicionado total distribuído.....	4.209.727	3.734.392	4.535.821	3.878.190